



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 107 – TERÇA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>(Resolução do Senado Federal nº 40/95)</b></p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -18</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>		<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE JULHO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 274, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 322, de 2003, do Senador Almeida Lima. .... 19343

Nº 276, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 371, de 2003, do Senador Demóstenes Torres..... 19343

Nº 277, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 272, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko. .... 19343

#### 1.2.2 – Ofícios da Ministra de Estado do Meio Ambiente

Nº 2.140, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 340, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. .... 19343

Nº 2.142, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 362, de 2003, do Senador Tião Viana. .... 19343

#### 1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 275, de 2003, de 14 do corrente, encaminhando informações referentes ao item nº 1 do Requerimento nº 408, de 2003, do Senador Valdir Raupp, e esclarecendo que os demais quesitos não foram respondidos por se tratar de operações protegidas pelo sigilo bancário..... 19343

#### 1.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2003 (nº 3.263, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá. .... 19343

#### 1.2.5 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2003, e abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Educação, que apreciará a matéria em caráter terminativo. .... 19346

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2003 (nº 3.206/2000, na Casa de origem), que altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – para dispor sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir. .... 19347

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 19347

#### 1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Reivindicações do Estado de Minas Gerais na reforma tributária. .... 19347

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Críticas ao contingenciamento de recursos para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. .... 19348

SENADORA *IRIS DE ARAÚJO* – Comentários a respeito de pesquisa dos sete meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva..... 19350

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Acidente que vitimou o bispo dom Mauro Morelli. .... 19353

SENADOR *EURÍPEDES CAMARGO* – Parcerias entre o governo federal e a sociedade civil para viabilizar avanços na área social. .... 19355

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas ao inchamento da máquina administrativa do governo. .... 19356

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Registro da viagem que fez representando o Senado à Antártida, em companhia do Senador Demóstenes Torres. .... 19359

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Solicitação de políticas públicas para evitar o êxodo rural e acampamentos. .... 19361

SENADOR *ROBERTO SATURNINO* – Comentários sobre ação judicial que permite ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) arrecadar 2,5% da receita bruta das salas de exibições de cinema. .... 19364

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Investimentos do Governo Federal em infra-estrutura nos próximos quatro anos. .... 19366

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Trabalho da Frente Parlamentar do Centro-Oeste. .... 19369

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Importância do microcrédito. Depoimento do ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, amanhã, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga evasão de divisas pelo Banestado de New York. .... 19372

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Registro da visita de S. Ex<sup>a</sup> ao Estado de Israel. .... 19374

#### **1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Editorial publicado no jornal *O Globo*, do dia 14 de julho do corrente ano, sob o título “Para Frente”. .... 19378

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 14 de julho do corrente ano, sob o título “No colo do Diabo”. .... 19379

#### **1.3 – ENCERRAMENTO**

## **2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 12<sup>a</sup> Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de julho de 2003 (Publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente). .... 19380

## **SENADO FEDERAL**

### **3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52<sup>a</sup> LEGISLATURA**

### **4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

### **5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

### **6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

### **7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

### **8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

### **10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

### **12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

### **13 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

## Ata da 14ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos,  
da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Leomar Quintanilha e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Avisos do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler:

### AVISOS

#### DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 274/2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 322/2003, de autoria do nobre Senador Almeida Lima;

– Nº 276/2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 371/2003, de autoria do nobre Senador Demostenes Torres;

– Nº 277/2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 272/2003, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas em cópia aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios da Ministra de Estado do Meio Ambiente que passo a ler.

### OFÍCIOS

#### DA MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 2.140/2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 340/2003 de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio;

– Nº 2.142/2003, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 362/2003, de autoria do nobre Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas em cópia aos requerentes.

Foi anexada a cópia do Aviso nº 2.142/2003 ao processado do Projeto de Lei da Câmara de nº 21, de 2001, que volta à tramitação normal, retornando à Comissão de Assuntos Sociais.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler:

### AVISO

#### DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 275, de 2003 de 14 do corrente, encaminhando informações ao Item 1 do Requerimento nº 408/2003, do Senador Valdir Raupp, e esclarecendo que os demais quesitos não foram respondidos por se tratar de operações protegidas pelo sigilo bancário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A informação referente ao quesito nº 1 foi encaminhada, em cópia, ao requerente.

Com referência aos quesitos 2, 3 e 4, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame, no prazo de duas reuniões ordinárias, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler:

É lido o seguinte

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 392, DE 2003

(Nº 3.263/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.069, de 9 de outubro de 2002, que autoriza a

Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 983, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.069, de 9 de outubro de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA, na cidade de Pracuuba – AP; e

2 – Portaria nº 2.157, de 16 de outubro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Três Corações, na cidade de Três Corações –MG. – Brasília, 11 de novembro de 2002. – **Marco Maciel**.

MC 1383 Em

Brasília, 24 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA, na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000650/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

### PORTARIA Nº 2.069, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000650/01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA, com sede na Av. Pedro Pinto, nº 176 – Centro, na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 01º45'28"S e longitude em 50º47'37"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

**RELATÓRIO Nº 517/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53720000650/01, de 11-10-01.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba ASSOPRA", localidade de Pracuuba, Estado do Amapá.

**I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba "ASSOPRA", inscrita no CNPJ sob o número 4.697.547/0001-49, no Estado do Amapá, com sede na Av. Pedro Pinto 176 – Centro, cidade de Pracuuba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 5 de outubro de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 6 de setembro de 2001, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita "a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.", apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende

instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 3 à 122, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

**III – Relatório****• informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Pedro Pinto 176 – Centro, na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá, de coordenadas geográficas em 01°43'45"S de latitude e 50°47'09"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 6-9-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 48, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II, VIII e XIX da Norma 02/98, confirmação da coordenadas geográficas, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovação de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração do endereço da sede, cópia do cartão do CNPJ, comprovante de que obteve o Assentimento Prévio e apresentação do Projeto técnico (fls. 51 à 122).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 97, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 114 e 115.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba “ASSOPRA”;

#### – quadro diretivo

Presidente: Jair de Andrade Ferreira

Vice-presidente: Jorge Luiz de Araújo Costa

1º Secretário: Leonede P. Oliveira

2º Secretário: Maria das Neves P. Costa

Tesoureiro: Charlon de Jesus R. da Silva e Silva

#### – localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Pedro Pinto 176 – Centro, cidade de Pracuuba, Estado do Amapá;

#### – coordenadas geográficas

01°45’28” de latitude e 50°47’37” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 114 e 115, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls 97 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba “ASSOPRA”, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53720000650/01, de 11 de outubro de 2001.

Brasília, 23 de setembro de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação-decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **O Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2003**, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, o Projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação,



onde poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2003** (nº 3.206/2000, na Casa de origem), que *altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – para dispor sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e consta da pauta da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, dia 23 do corrente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se sexta-feira última o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2003**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações de controle e manutenção da ordem pública e dá outras providências*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para o período de comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª será atendida de acordo com o Regimento Interno, intercalando com os oradores regularmente inscritos, uma vez que não se trata de sessão deliberativa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Hélio Costa, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é função constitucional do Senador exercer, constantemente e permanentemente, a defesa do Estado. Em Minas Gerais, neste momento, temos sérias dificuldades financeiras, que vêm de inú-

meros anos em que, infelizmente, o Estado foi prejudicado no seu relacionamento com o Governo Federal. Agora, chega-se a um momento decisivo, com a proposta de reforma tributária que está sendo elaborada no Congresso, na Câmara dos Deputados, sob a liderança e relatoria do ilustre Deputado mineiro do Partido dos Trabalhadores, Virgílio Guimarães.

O Governo de Minas Gerais tem posições absolutamente firmes e objetivas com respeito à reforma tributária em estudo porque, Sr. Presidente, temos que estar preocupados com alguns pontos que determinarão se o Governo de Minas Gerais nos próximos anos é viável ou não, se o Governo de Minas Gerais, sob a liderança do jovem Governador Aécio Neves, poderá cumprir os compromissos assumidos, principalmente com os mais carentes, com os que não têm privilégio, principalmente com a área social.

Estamos preocupados, sobretudo, com a reposição daquilo que nos foi tirado pela aprovação da Lei Kandir. Queremos recuperar o que perdemos nas nossas exportações. O Governo de Minas Gerais defende uma participação, que, sem dúvida nenhuma, há de ser discutida com o Governo Federal para encontrarmos uma fórmula que dê garantias de que os recursos da Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico) serão distribuídos entre os Estados, em parte. É evidente que sabemos que o Governo não pode repassar todos esses recursos, mas queremos – e Minas Gerais, principalmente, que tem a maior malha de estradas federais do País – que o Estado receba uma parte desses recursos para acompanhar essas estradas, que estão hoje intransitáveis, impraticáveis. Precisamos desses recursos.

O Governo de Minas Gerais também tem, sim, uma posição muito definida com respeito a uma parte da CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira), ou da CMF (Contribuição sobre Movimentação Financeira), como será chamada depois de aprovada a proposta de reforma tributária.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, temos uma posição muito firme, sobretudo, com relação às propostas que contrariam os interesses de Minas Gerais, como é o caso, por exemplo, da adoção do Princípio de Destino na questão do ICMS.

Segundo estudo feito pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, se adotado o Princípio de Destino, nossas perdas seriam superiores a R\$800 milhões, principalmente porque teremos de arcar com a fiscalização de tudo o que é produzido em nosso Estado e que será tributado no destino. Como é que Minas Gerais e outros Estados vão fazer isso? Existem grandes pressões, por parte dos Estados

consumidores, no sentido de que a mudança da regra seja imediata, mas entendemos que tem que haver, pelo menos, um prazo mínimo de transição.

Alternativamente, o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, tem sinalizado com uma proposta de divisão da receita, comportando um terço para a origem e dois terços para o destino, incluindo combustíveis e energia elétrica. Tal proposição acarretaria uma perda de receita anual de cerca de R\$298 milhões no Estado de Minas Gerais. São cerca de R\$25 milhões mensais que aquele Estado perderá se for adotado esse sistema.

Em segundo lugar, ainda na questão do ICMS, a manutenção da regra diferenciada para o gás natural, prevendo a divisão de receita entre a origem e o destino, em contraposição à regra de tributação no destino, vigente para os demais combustíveis derivados de petróleo. O gás natural vem conquistando espaço como combustível derivado de petróleo e a aceitação da divisão da receita nos acarretaria cerca de milhões de milhões de reais, mais uma vez, em detrimento da nossa receita.

Por outro lado, Sr. Presidente, no caso dos combustíveis, Minas Gerais é contrária à mudança da regra de cobrança de combustíveis e lubrificantes do destino para a origem porque são poucos os produtores de petróleo e muitos os consumidores. Se isso for mudado acarretará para Minas Gerais, Sr. Presidente, uma perda de receita da ordem de 10%, e o Estado não comportaria, nesse momento, perder mais um centavo ou um único ponto percentual da sua receita. Já perdemos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cerca de 13% de nossa receita mensalmente porque esse é o compromisso assumido pelos governos anteriores em relação à dívida do Estado com o Governo Federal. Já temos de colocar todos os meses 13% de nossa receita exclusivamente para pagar essa dívida. A respeito disso certamente faremos um apelo ao Governo, principalmente ao Ministro Antonio Pallocci e ao Presidente Lula, para que seja revista essa situação das dívidas dos Estados não necessariamente perdendo dívida. Isso não é o que Minas Gerais espera, nem quer; Minas quer apenas que se proceda à análise de uma proposta que nós apresentamos na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, prevendo que se faça uma redução sim do pagamento da dívida por meio da reformulação do art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que engessou toda e qualquer negociação com respeito à dívida.

Essa posição, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a de Minas Gerais, em um documento elabo-

rado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em nome do Governador Aécio Neves.

Nós temos a maior preocupação com a reforma tributária e esperamos que o ilustre relator Deputado Virgílio Guimarães possa, atendendo Minas Gerais, alcançar a maioria dos Estados brasileiros e o País, evidentemente sem prejuízos. Nós sabemos do seu espírito público, do seu entendimento sobre as finanças do País e estamos esperançosos de que S. Ex<sup>a</sup> apresente um relatório que não prejudique os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e nenhum outro. Que seja bem elaborado, conforme S. Ex<sup>a</sup> faz, bem discutido e entendido, para que essa reforma possa vingar e ajudar, sim, no conserto das finanças do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Continuando a intercalar os oradores inscritos, concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela terceira vez em poucos meses, venho a esta tribuna para alertar sobre o descaso governamental diante do combate ao trabalho infantil. Refiro-me aos constantes descertos no repasse de recursos do Ministério da Ação social para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Já registramos aqui problemas que atingem 30% dos Municípios de Pernambuco, conforme matéria veiculada pelo **Jornal Nacional** e pela **Folha de S.Paulo**.

O Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), como todos sabem, foi criado pelo Governo Fernando Henrique, para tirar crianças do trabalho insalubre, pagando uma bolsa para a família de R\$25 na zona rural e R\$40 na zona urbana. Além da escola, o programa oferece atividades pedagógicas, esportivas e artísticas, e alimentação, visando ocupar todo o tempo da criança, impedindo-a de trabalhar.

Diz o texto do jornal **O Globo**:

Desde janeiro deste ano, 1.048 crianças menores de 14 anos foram retiradas de empregos insalubres por ação da fiscalização do Ministério do Trabalho.

[Essa notícia é inquietante, porque começa a falar em crianças nos trabalhos insalubres em todo o País. Além disso, fica pela metade.]

O mesmo Governo Federal que livra as crianças do trabalho não consegue garantir que elas não voltem a ser exploradas. A Ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, responsável pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, não abriu, nem vai abrir este ano novas bolsas no Programa, nem mesmo para as 1.048 crianças. [Encontradas apanhando feijão nas fazendas de Mato Grosso do Sul.] O Programa emperrou, e a justificativa é a falta de dinheiro.

Ainda segundo a matéria veiculada por **O Globo**:

Atualmente, o Programa tem um Orçamento de R\$446,9 milhões para atender 810.116 mil crianças, o mesmo número deixado pelo Governo anterior. A assessoria da Ministra Benedita informou que os recursos previstos no Orçamento eram apenas para o atendimento dessas crianças, nenhuma a mais. Por isso, o Programa não foi ampliado e não pôde atender àquelas crianças que o Ministério do Trabalho identificou nas fiscalizações deste ano.

A justificativa não convence nem os Parlamentares do PT. A Deputada Maria do Rosário (PT – RS), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, levou um susto ao saber que o programa está praticamente parado.

– Há um processo de contingenciamento, mas essa não é uma área em que se possa aceitá-lo. É inaceitável que se fale nisso. É sempre possível obter uma suplementação orçamentária, – disse.

**O Globo**, para agravar mais essa situação, revela que a antiga titular da pasta, Wanda Engel que:

Foi enviado ao Congresso um pedido de suplementação de R\$ 45 milhões com o dinheiro que sobraria do Programa Bolsa-Escola.

O relator da proposta, o Deputado Petista Gilmar Machado, deu parecer negativo à proposta que foi derrubada na Comissão de Orçamento.

Ao ser perguntado por que uma nova versão não foi feita este ano, o Deputado respondeu:

– Esse não é um projeto prioritário para este Governo. A unificação [dos car-

tões] é mais importante [do que a implementação do Peti.]

Ministros de outras pastes estão preocupados com os efeitos que a conjunção da crise econômica com falta de ação pode trazer aos indicadores de trabalho infantil no País. Alguns andaram já recebendo telefonemas de organizações não-governamentais registrando aumentos substantivos no trabalho infantil – um resultado desastroso para um Governo que quer brilhar na área social.

Mais grave, segundo a própria matéria:

Dinheiro até haveria. Apenas o Bolsa-Escola tem R\$300 milhões que não poderão ser usados este ano e poderiam ser transferidos para suplementação para outra Pasta. O Ministério da Educação chegou a propor usar esses recursos para ações de combate ao trabalho infantil, mas foi informado que não poderia utilizar aquele recurso porque essa não é a sua atribuição.

O jornal ainda destaca a gravidade da situação: Em todos os Estados:

...há crianças esperando para entrar no programa. Em Alagoas, os pedidos das prefeituras somam 23 mil novas vagas. Na Bahia, são 35 mil. Em Pernambuco são 12 mil. Minas Gerais tem 100 Municípios esperando a implantação. O coordenador do programa do Governo da Bahia, Frederico Fernandes, diz que em algumas regiões do Estado já se percebe o aumento de crianças trabalhando.

Sr. Presidente causa indignação o descaso com o programa que contribuiu para a redução dos índices de trabalho infantil de 19,6%, em 1992, para 12,7%, em 2002, segundo pesquisa suplementar do Pnad divulgada pelo IBGE.

Além de comprometer um esforço contínuo de mais de oito anos, o Peti não é apenas um programa social do Governo passado que deva ser reinventado para ganhar a marca do PT.

Com 1,5 milhão de crianças entre 5 a 15 anos no trabalho duro, em vez de ir à escola, não se pode suspender a concessão de novas bolsas até que o Governo decida seus critérios de unificação de programas.

O que fazer com cada uma das crianças que a fiscalização do Ministério do Trabalho tira de atividades incompatíveis com o desenvolvimento?

Lembro que o Peti não tem carimbo do Governo tucano. Foi fruto de profundo debate político e técnico que envolveu entidades do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil com o apoio do Unicef e da OIT. Houve o engajamento da sociedade, o comprometimento por escrito de todos os Governadores e conscientização da responsabilidade social das prefeituras, centrais sindicais e empresas. Sua consistência foi atestada por uma missão internacional do Banco Mundial, em 1999, e ganhou o Prêmio Itaú/Unicef pela retirada das crianças do garimpo de Ariquemes, Rondônia.

Hoje, o Peti atende mais de 800 mil crianças e jovens. Não é perfeito nem consegue atender a todas as demandas, mas uma só criança de volta ao trabalho seria um retrocesso.

Preocupa-nos muito a matéria publicada pelo jornal **O Globo**. Não poderei lê-la inteiramente, mas consegue-se perceber o desencontro da área social do Governo petista. Num dos boxes da matéria, o título é o seguinte: "Governo do PT sem estrela na área social. Unificação dos programas não avança".

Ao mesmo tempo, a matéria mostra a equipe social e diz que a Ministra Benedita da Silva está se preparando para disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro; o Sr. Ricardo Henrique, Secretário Executivo do Ministério da Assistência e Promoção Social, foi proibido de dar entrevistas a respeito dos programas; o Ministro José Graziano tropeça, cada dia mais, com o Programa Fome Zero; o Sr. Cristovam Buarque, Ministro da Educação, em virtude do excesso de programas e das críticas que fez a alguns setores do Governo, perdeu espaço.

Assim relata o que ocorre em toda a área social do Governo como inteiramente despreparada para dar prosseguimento a uma série de programas que foram responsáveis pelo aumento do Índice de Desenvolvimento Humano neste País, mas que ainda demanda um esforço enorme para que se possa fazer justiça a nossa população mais carente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, nobre Senadora Iris de Araújo, do PMDB do Estado de Goiás.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está a alguns dias de completar sete meses no Poder. Ao longo desse período, pudemos observar um fenômeno interessantíssimo: a avaliação positiva do Governo vem caindo, ao passo que a popularidade do Presidente Lula mantém-se em níveis estáveis.

O percentual das pessoas que consideram positivo o Governo caiu de 51,6% em maio para 46,3% em julho. Já a popularidade do Presidente da República oscilou na margem de erro da pesquisa, tendo variado de 78% em maio para 77,6% em julho, segundo pesquisa do Instituto Sensus.

A mensagem que o povo transmite ao Planalto por intermédio dessa pesquisa é claríssima: embora esteja insegura com a atuação da equipe do Governo, a sociedade ainda tem confiança na figura do Presidente Lula e acredita em sua capacidade de colocar o Brasil novamente nos trilhos do desenvolvimento.

Minha intenção, com este pronunciamento, é lançar mais um apelo, em meio a tantos outros que vêm sendo diariamente lançados, para que o Governo Federal passe a pôr em prática, imediatamente, todas as medidas necessárias ao crescimento do Brasil e ao bem-estar dos brasileiros. Já é tempo de o Governo promover imprescindível e necessário choque administrativo, deixando a esfera das boas intenções e partindo para o campo de ação.

Não podemos negar que soluções para problemas sérios estão sendo buscadas. O Programa Fome Zero é um projeto que representa um avanço no que diz respeito às medidas emergenciais de amparo aos que nada têm. Há também o Primeiro Emprego e uma série de programas com méritos inegáveis, nos quais depositamos as maiores expectativas.

Entretanto, é preciso outra vez destacar que os juros altíssimos impedem qualquer possibilidade de retomada, a curto prazo, do crescimento.

As justificativas para que a taxa de juros permaneça na estratosfera já não mais existem. O mercado já está tranquilo em relação à austeridade e à seriedade do Governo. A inflação está controlada. O IBGE registrou deflação no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a primeira desde novembro de 1998. É hora, portanto, de reduzir os juros de forma significativa. Essa é uma condição fundamental para que o crédito volte a circular e a economia brasileira volte a crescer.

Por falar em crédito, registro a iniciativa positiva do Banco Central que, ao diminuir as exigências patrimoniais, abriu espaço para o crescimento do crédito às cooperativas. Mas, em meio ao clima assustadoramente recessivo, essa medida positiva é pouco significativa.

A política econômica recessiva, ao dificultar a obtenção de crédito e desencorajar o consumo, tem efeito devastador sobre áreas estratégicas como o comércio e a indústria. As vendas, no Brasil, já acumularam neste ano queda de 5,57% em relação ao mesmo período do ano passado. Ora, queda nas vendas num ambiente deflacionário indica claramente escassez de crédito. A vilã, mais uma vez, é a elevadíssima taxa de juros. A indústria brasileira, por sua vez, vive um período crítico. O setor industrial cresceu, até maio deste ano, 0,48% em relação ao mesmo período em 2002. É muito, muito pouco para um país com o parque industrial brasileiro. Os itens cuja produção sofreu as maiores quedas foram exatamente os bens de consumo. É um fato da maior gravidade, pois evidencia que o poder de compra dos brasileiros está despencando. De fato, o consumo das famílias vem caindo há oito semestres consecutivos em nosso País.

Mas não é só a economia que precisa de um choque administrativo. Setores como a segurança pública, a moradia, a educação e a agricultura necessitam de mais estímulo, de mais incentivo, de mais recursos.

A população das grandes cidades tornou-se refém dos criminosos. Os traficantes controlam áreas extensas em que o Estado não penetra senão na forma de esporádicas incursões policiais. Nunca vivemos tempos tão violentos quanto o que estamos vivendo agora. Não é por outra razão que a questão da segurança é um dos temas mais discutidos atualmente no Congresso Nacional. O Governo já percebe que o momento é de crise e já toma algumas medidas emergenciais. Mas são necessários mais investimentos, são necessárias iniciativas mais vibrantes e mais criativas.

Como já me referi aqui num pronunciamento específico, outro setor fundamental para a retomada do crescimento é o agropecuário, que hoje é um oásis de desenvolvimento em meio à estagnação econômica atual.

Gostaria de ouvir, primeiro, o Senador Leomar Quintanilha e, depois, o Senador Mão Santa, com o maior prazer, até porque tenho certeza de que os apartes vão realmente acrescentar ao meu pronunciamento.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO)** – Nobre Senadora Iris de Araújo, V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa, nesta tarde, considerações das mais importantes de uma situação que o povo brasileiro está vivendo. Gostaria de comentar sobre uma delas. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre a segurança, a queda da inflação e também sobre a redução das taxas de juros, que é justamente o assunto que gostaria de comentar, dentre tantos assuntos importantes que V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa. Faltamente, o setor produtivo brasileiro, que é o responsável pelo emprego, não admite que as instituições públicas sejam cabides de emprego. A burocracia deve ser cada vez mais enxuta, menor e ficar com as funções estritamente públicas. Vemos, efetivamente, essa questão dos juros como um problema dos mais graves que o País está enfrentando. As suas consequências são as maiores, desde a questão da falta de segurança até o desemprego, quando muito cidadão acuado, mal inclinado, deriva para a criminalidade, às vezes por não ter outra opção de como prover a sua casa do elemento básico essencial à vida, que é o alimento. Imagino que o homem acuado suporta – não sei qual é o limite, mas deve ser um limite extremo – as provações a que ele próprio é submetido, mas quando vê um filho seu, uma criança totalmente dependente do seu cuidado, em todos os aspectos, não ter o que comer, aí seguramente esses limites se reduzem bastante, e o homem é capaz de praticar quaisquer tipos de atos. Não estou querendo, com isso, defender a prática e o uso da criminalidade para resolver os problemas das famílias brasileiras. Entendo, todavia, que a manutenção da taxa de juros exacerbada tem contribuído, inclusive, para o recrudescimento da criminalidade no País. O setor produtivo brasileiro não suporta mais os encargos financeiros e sociais que lhe são cobrados, de modo que não há como expandir a sua atividade e, por isso mesmo, gerar riquezas para o País e outros postos de trabalho. Por essa razão, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, concordar com V. Ex<sup>a</sup> e, com V. Ex<sup>a</sup>, alertar as autoridades do Governo para os sinais mencionados por técnicos das mais diversas áreas, de que as condições são extremamente favoráveis para a baixa de juros, mesmo que não seja feita de forma irresponsável. Deve, porém, ser feita com uma certa urgência, para que possamos desonerar o setor produtivo e, com isso, permitir que o empresariado nacional retome as suas atividades e possa criar novos postos de emprego, abrigando tantos pais de família que precisam alimentar seus filhos, suas esposas e a si próprios.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador, o aparte que V. Ex<sup>a</sup> me concede neste momento, porque não é simplesmente um aparte. V. Ex<sup>a</sup> acrescenta ao meu discurso, dentro de uma visão de um momento social que vivemos. Todos nós sabemos, principalmente eu, que faço parte da base de apoio ao Governo, que temos a obrigação e o dever patriótico, ao assumir essa tribuna para trazer as vozes que ouvimos em nosso dia-a-dia, em nossas peregrinações políticas pelos Estados, pois é esse o dever de cada cidadão, principalmente de um parlamentar, no sentido de alertar o Governo. V. Ex<sup>a</sup> argumenta muito bem. Concorde, e gostaria que fosse acrescentado ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de ouvir também as palavras sábias, conclusivas, de um homem que também possui um conhecimento muito grande, pois governou por duas vezes o grande Estado do Piauí, de que fala sempre com tanto orgulho, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Nobre Senadora Iris de Araújo, estava aqui refletindo que, terminado o período de convocação extraordinária, V. Ex<sup>a</sup> deixa esta Casa, o que será uma grande perda para o Senado Federal. Nunca uma mulher, em tão pouco tempo, representou tão bem nosso Partido, o PMDB, e as mulheres do Brasil e do mundo.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Muito obrigada, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A História dirá que V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira mulher a ter a coragem de enfrentar uma caminhada à Presidência da República, na campanha de Orestes Quércia, em 1994. De todos os pronunciamentos excelentes que V. Ex<sup>a</sup> fez nesta Casa, os quais deram grande contribuição à política, à democracia e orientaram o Governo, este de hoje realmente toca no ponto fundamental. Mas estou como São Tomé: não estou acreditando porque, no meu entender, o emprego só nasce com o crescimento. Isso já foi estudado. Este País precisaria crescer de 6% a 7% ao ano para proporcionar 1,5 milhão de empregos, mas não está crescendo. Um dos fatores, V. Ex<sup>a</sup> apontou com muita objetividade, são os juros altos. Quem está crescendo são os mesmos que cresceram na última década: os banqueiros, principalmente internacionais, que nos dão empréstimos, mas que só os beneficiam e não chegam ao povo, propiciando o emprego. Então, este é o momento para o Governo fazer uma reflexão. Os problemas estão aí. Preocupa-nos esse otimismo exagerado em torno da popularidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência tem grande e

extraordinária popularidade, tanto nacional quanto internacionalmente, pela curiosidade de um homem de origem humilde, operário, ter chegado a Presidente, mas essas coisas, em política, são muito passageiras. Tem que ter resultados. O maior líder da história da humanidade foi Cristo. Permitam-me pensar que ele discursou um pouco melhor do que o nosso Presidente. Discurso bonito. Está aqui o Líder de Tocantins, presenciando: o Pai Nosso é um de seus belos discursos, mas Ele não ficou restrito somente aos discursos, não seguiríamos Cristo. Ele mostrou resultado, Ele fez os milagres, fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, curou leprosos, tirou os demônios. Então, Ele fez obras. O Governo não está realizando obras. O PMDB diz ser uma base desse Governo, mas reflito diferentemente: o PMDB tem que ser a luz, pela sua luta, pela sua história, experiência e deve buscar homens como Iris Rezende, ex-Governador de Goiás, que ensinou todos nós, Governadores, a trabalhar. Quem fez o maior deslanchar de casas aos sem-teto, foi Iris Resende. Em um dia só, ele entregou mil casas às famílias carentes. Então, pessoas como Iris Resende, como Maguito, deveriam ser incorporados para dar a este Governo uma chance de obter resultados. Enfim, é aquilo que o poeta da revolução disse: “Vem, vamos embora, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. E pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, como o Líder Iris Resende, como o Líder Maguito, fazem as coisas acontecerem.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa, logicamente, excluindo o exagero dos elogios, porque imagino, pelo nosso companheirismo de longa data, S. Ex<sup>a</sup> se exalta um pouco e exagera nos elogios pessoais.

O agronegócio responde por 27% do PIB nacional, fornece 37% dos postos de trabalho e perfaz 40% das nossas exportações. Em 2001 e 2002, a agropecuária foi a grande responsável pelo superávit na balança comercial brasileira. Os prognósticos para o setor não poderiam ser melhores. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra de grãos de 2002/2003 atingirá o valor recorde de 120,2 milhões de toneladas, com crescimento de 24,2% em relação à safra 2001/2002!

Atualmente, o agronegócio é um dos poucos setores da economia brasileira em franco desenvolvimento. Mas esse é exatamente o motivo pelo qual devemos investir ainda mais no campo. Todos sabemos o nível de retorno. E não me refiro apenas ao retorno financeiro. Refiro-me também e, principalmente, aos resultados humanos e sociais, quais sejam: a fixação

do homem no campo, o combate ao êxodo rural e a erradicação das desigualdades regionais.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já que se tocou na questão do “se fazer”, mais um setor de suma importância à espera de insumos inadiáveis é o habitacional. Segundo o IBGE, o déficit habitacional brasileiro é de sete milhões de moradias. O Presidente Lula anunciou investimentos de R\$5,3 bilhões no setor para este ano, montante suficiente para a construção de aproximadamente 360 mil habitações, o que não deixa de ser um bom início. Esse número cobriria 5% do déficit habitacional. Ou seja, temos muito o que fazer pela frente, especialmente se levarmos em conta o novo movimento de invasões, agora no terreno urbano.

A título de sugestão ao Presidente Lula, eu gostaria de lembrar mais uma vez a experiência histórica realizada no Governo do Estado de Goiás, no início dos anos 80. O Governo Estadual organizou mutirões que, num espaço de tempo curtíssimo, ergueram milhares de casas populares.

Em Goiânia, foram mil casas erguidas num só dia. Foi uma realização que repercutiu positivamente em todo o País e se tornou referência nacional quando o assunto é organização popular.

O mutirão é uma das mais louváveis formas de cidadania e de solidariedade. É uma das formas mais baratas e, ao mesmo tempo, mais participativas de estender o direito à moradia ao maior número possível de famílias.

Não tenho nem acredito que alguém tenha a receita para transformar o Brasil no país dos nossos sonhos da noite para o dia. Mas de uma coisa estou profundamente convicta: o Brasil possui um imenso potencial para o crescimento e o desenvolvimento. Evidência disso é que, desde 1975, ano em que a ONU divulgou pela primeira vez o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil foi o país que mais subiu nesse **ranking**, tendo galgado 56 posições e aparecendo neste ano em 65º lugar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, – eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente um pouquinho de compreensão, já que meu tempo foi tirado pela oradora anterior –, o Presidente Lula conta atualmente com condições extremamente favoráveis para sacudir positivamente o País.

Como disse o Senador Mão Santa, se a confiança no Governo cai não se perde o Presidente, que continua a manter o carisma, a força. Essa é a hora de Sua Excelência usar sua força para fazer brotar neste País, realmente, todo um movimento que diga respei-

to ao trabalho administrativo e construtivo que a Nação cobra.

Não consigo imaginar um momento mais propício para o choque administrativo a que já me referi.

A minha proposta é, acima de tudo, exercitar o diálogo sadio e construtivo entre os Poderes e propor medidas factíveis em setores que considero estratégicos no contexto atual.

As pesquisas deixam claro que o Presidente tem a confiança da Nação. É preciso, então, utilizar esse potencial para fazer brotar no Brasil uma esperança nova. O País, Sr. Presidente, precisa apostar na força de seus filhos. Se tivermos entendimento e visão, poderemos dar passos largos na direção de um futuro radiante. Basta acreditar no potencial de nosso povo.

Esta Nação precisa voltar a sorrir, precisa voltar a refletir e a acreditar nas suas potencialidades, ter atitudes renovadas que nos conduzam, realmente, a um novo porto seguro. É o momento de analisar o passado para dele extrair lições na construção de um futuro melhor. Para isso, é preciso reconstruir, refazer, remodelar, renovar, renascer.

Nenhum País alcança o verdadeiro crescimento, senão por meio dessa imprescindível combinação de políticas setoriais, o que significa dizer que, para encontrar o verdadeiro caminho do desenvolvimento, é preciso ter ousadia e perseverança no sentido de empreender grandes mudanças e grandes transformações.

Sejamos, então, ousados na formulação de um avançado projeto de desenvolvimento nacional, fomentando a produção interna como o primeiro passo para vencer a fome e a miséria, combater a criminalidade nas grandes cidades, alcançar a paz no campo e, finalmente, dar o salto de qualidade na direção do crescimento com a mais plena justiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao eminente Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar esta breve comunicação saudando

os populares, pessoas da sociedade civil que comparecem nas nossas galerias para prestigiar esta sessão, aqueles que estão nas tribunas da imprensa e de honra, e especialmente os alunos do Centro Educacional nº 3, aqui do Distrito Federal, que, se não me engano, são da cidade de Sobradinho. É uma alegria muito grande para esta Casa tê-los aqui presente.

Sr. Presidente, após ouvir a preocupação transmitida desta tribuna pela nobre Senadora Lúcia Vânia com relação aos programas sociais, venho aqui para transmitir uma outra preocupação, preocupação brasileira e que não é só dos católicos, mas de todos os que se consideram cristãos, homens de Deus e que diz respeito ao acidente ocorrido com a figura memorável de Dom Mauro Morelli.

Dom Mauro Morelli foi vítima de um acidente automobilístico e está internado no Estado de São Paulo. Todos conhecem sua luta, história e trajetória, principalmente no combate à fome. Dom Mauro é um dos colaboradores do Programa Fome Zero, mas é também um de seus críticos. Ele é o tipo de homem que serve à sociedade e não a um governo. Em certas oportunidades, Dom Mauro tem feito duras críticas ao Programa Fome Zero.

O próprio gestor do programa, o Ministro da Segurança Alimentar, Francisco Grazziano, em sua visita a Dom Morelli, no hospital, disse: muitas vezes, as críticas são duras, mas construtivas; são advindas de um homem que, acima de tudo, tem uma vida inteira dedicada à ação beneficente de terceiros, principalmente os menos favorecidos.

Sr. Presidente, sem dúvida alguma, o povo de Tocantins, como o dos demais Estados brasileiros, é católico na maioria, muitos são evangélicos, mas todos somos tementes a Deus. Foi uma semana muito trágica para a Igreja Católica. Houve um fato lamentável, o ataque a Dom Silvestre Luiz Scandian, em Vitória. Meu Deus, o que falta acontecer no Estado do Espírito Santo? É difícil saber por que fazer isso contra uma figura santa, admirada, com uma vida repleta de serviços prestados à comunidade brasileira, particularmente à do Espírito Santo. Uma das rotinas de Dom Silvestre Luiz Scandian, aos 72 anos, era conceder audiências públicas a quem quer que seja, aos que se julgavam necessitados. Durante uma delas, ele foi vítima de uma agressão brutal e inexplicável. Mas, graças a nosso bom Deus, assim como Ele há de olhar pela saúde de Dom Mauro Morelli, posso dizer que Dom Silvestre Luiz Scandian está se recuperando e há de se recuperar e, com certeza, já perdoou o seu agressor, que certamente não sabia o que estava fazendo – não havia razões para isso.

Tendo feito esse registro, Sr. Presidente, quero dizer que acompanho atentamente o desempenho das ações do Governo Federal, não para ser aqui um Senador de Oposição, mas para ser um Senador que representa o Estado, que representa o povo e que traz as suas preocupações para serem discutidas e debatidas nesta Casa.

Acompanhando a Execução Orçamentária, constatamos que o Governo não passou ainda de 1,7% da execução do Orçamento deste País. Se formos analisar o que foi gasto nesse 1,7%, verificaremos que o item relativo à propaganda e divulgação está maior do que o item referente a obras e Orçamento – isso sem falarmos em viagens. Não quero partir para uma crítica desnivelada que questione a importância dessa tarefa para um Chefe de Estado da estatura de Luiz Inácio Lula da Silva, com a sua história, que reconhecida pelo mundo inteiro. É muito importante, sim, para nós, que Sua Excelência vá aos países, que irradie a sua popularidade, que leve as suas idéias inovadoras, que leve esse encanto que o povo brasileiro por Sua Excelência tem, que leve ao mundo as notícias de que a nossa democracia é vitalícia, está fortalecida e que tivemos um belo processo de transição. Mas o nosso quadro interno é preocupante.

Preocupa-me muito, Sr. Presidente, o fato de a grande Ministra Benedita da Silva, que está à frente dos programas sociais, estar ainda aguardando a questão da unificação dos cartões, enquanto milhares de crianças que eram atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) voltam a trabalhar nas ruas, nos lixões, na colheita de feijão, nas minas carvoeiras do Estado de Minas Gerais. Essa realidade é tão triste, Sr. Presidente, que tenho certeza de que, muito mais do que pensar em voltar à prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, a Ministra Benedita da Silva há de dar uma resposta enérgica, há de reunir a sua equipe e mandar avaliar tudo o que está acontecendo.

Já trouxemos para esta tribuna a palavra de coordenadores do PETI, no nosso Estado do Tocantins, que estavam realmente alarmados com a demora na continuidade do repasse dos programas, com crianças no Estado inteiro que, com muito custo, tiramos das ruas para abrigar nesses programas sociais, esperam. E esse tipo de programa não tem marca de Governo: não é de Fernando Henrique Cardoso; não é de Luiz Inácio Lula da Silva; não é da nossa querida Wanda Engel, que integrou o Governo anterior; não é tampouco da nossa Ministra Benedita da Silva. É um programa de todas as mães brasileiras, é um progra-



ma da família brasileira. Tirar crianças das ruas e colocá-las nos programas sociais foi uma das nossas conquistas. E temos que seguir adiante. Não temos que olhar para trás.

O Governo Fernando Henrique acabou; a esperança no Governo Lula continua. Digo isso sendo um Parlamentar do PSDB, mas confiante de que o Presidente traz, nas suas origens de homem simples, o sofrimento do povo brasileiro. Em se tratando de programas sociais, peço, com humildade, mas com firme determinação, trazendo as vozes do Tocantins para a tribuna do Senado Federal: Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Ministra Benedita da Silva olhem pelos programas sociais; do contrário estarão perdendo as nossas crianças, cujo futuro vem sendo comprometido com uma triste realidade com a qual não podemos concordar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – A Mesa se associa às diversas manifestações expendidas pelo pronto restabelecimento de Dom Mauro Morelli e de Dom Silvestre Scandian.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eurípedes Camargo.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agora há pouco, o nosso Vice-Presidente e Presidente em exercício do Senado Federal, Senador Eduardo Siqueira Campos falou sobre Dom Mauro Morelli, eminente religioso que muito contribuiu para a Nação no plano social. No mês passado, em Brasília, na Câmara Legislativa, ele recebeu o título de cidadão honorário pelos serviços prestados à Nação. Foi o reconhecimento de Brasília a esse eminente homem público, religioso, pelas contribuições sociais. Também desejamos, como o Sr. Presidente, o restabelecimento da sua saúde, pelo muito que ele tem a contribuir – e com certeza contribuirá – com a população do Brasil como um todo.

O País inteiro discute hoje a reforma tributária e da Previdência, que sem dúvida nenhuma são muito importantes para o País que queremos construir. No entanto, existem ações do Governo que somente ocupam espaços na mídia com questões acessórias, quando na verdade a revolução cultural e econômica que está em curso não merece de nossa imprensa o espaço adequado. Desde a campanha presidencial, Lula elegeu o Programa Fome Zero como uma das

prioridades de seu Governo, chegando a dizer que gostaria de cumprir seu mandato conseguindo que os brasileiros tivessem acesso a três pratos de comida por dia.

Usando essa simbologia, nosso Presidente enfatizou seu compromisso com a universalização dos direitos elementares, dos quais milhões de brasileiros encontram-se privados.

Não se trata apenas da necessidade de se alimentar. Trata-se da fome por justiça, por segurança, por emprego e por uma gestão honesta. Trata-se de uma maneira emblemática de discutir problemas estruturais.

Falar sobre fome é algo complexo e difícil. Suas causas são complexas: concentração de renda, desemprego crescente, salários baixos, falta de políticas de geração de emprego e renda, gerando a queda do consumo e da oferta de alimentos, uma crise agrícola que leva à queda de renda no campo, ou seja, temos um círculo vicioso da fome. É esse problema que o Presidente quer atacar, dando dignidade a nossas famílias.

Sabemos que a fome é fruto de um sistema econômico excludente. A maneira de superar isso é adotar uma política de segurança alimentar, com alimentos mais baratos mediante a criação de cooperativas, convênios, maior oferta de alimentos básicos, apoio à agricultura familiar, incentivo à produção para consumo etc. Temos também que aumentar a renda, criar uma previdência universal, expandir o Programa Bolsa-Escola e o de Renda Mínima, incentivar o microcrédito. Mas isso apenas não resolve, pois há situações emergenciais.

Aproveito a oportunidade para elencar algumas ações do Governo e da sociedade civil, que têm atuado de forma conjunta e conseguido avanços significativos na construção de um país alicerçado na justiça social. Essas iniciativas conjugam ações implementadas para combater as causas estruturais da fome e da pobreza e, ao mesmo tempo, assegurar a superação da fome com ações emergenciais.

Já são mais de mil empresas inscritas para usar a logomarca do Fome Zero e promover ações de solidariedade, 55 empresas e entidades certificadas como parceiras do Fome Zero e mais de 34 mil postos de coleta de alimentos.

O Cartão-Alimentação, que garante R\$50,00 por mês para os beneficiários, já contempla 128.856 famílias de 158 Municípios do Nordeste do País e norte de Minas Gerais. É importante dizer que já foram implantados 210 Comitês Gestores locais, formados

por representantes da sociedade civil e pelo Poder Público estadual e municipal, a quem cabe acompanhar e fiscalizar as ações, além de analisar a lista das famílias do Cadastro Único, para que os critérios sejam atendidos com transparência.

A alfabetização fica a cargo do Brasil Alfabetizado, do MEC, e de iniciativas dos Governos estaduais, muitas vezes em parceria com a sociedade civil. É uma das contrapartidas para a família receber o benefício do Cartão-Alimentação e uma ação estratégica para a consolidação da cidadania.

A distribuição de cestas básicas em caráter emergencial é uma ação prevista para atender os acampados e as comunidades indígenas e quilombolas, já garantindo alimentação para 113.909 famílias de 626 acampamentos.

No Mato Grosso do Sul, estão sendo financiadas ações estruturantes para mais de 11 mil famílias indígenas, envolvendo ações como expansão da agricultura para consumo próprio, manejo de solo, criação de pequenos animais e incentivo ao artesanato.

A partir deste mês, 14.962 famílias de 142 comunidades quilombolas de todo o País serão beneficiadas por cestas básicas e estão sendo cadastradas pela Fundação Palmares para receber o Cartão-Alimentação.

O Governo disponibilizou R\$400 milhões para a formação de estoques mínimos de produtos da cesta básica, comprados de agricultores familiares nas próprias regiões de consumo.

O valor do repasse **per capita** da merenda pré-escolar foi dobrado, equivalendo-se ao do ensino fundamental.

A meta de construção de 21 mil cisternas será alcançada com a participação da Febraban, que construirá, com seus recursos, 10 mil cisternas, e do Governo Federal, que construirá, com seus recursos, as outras 11 mil. A obra vai priorizar mão-de-obra e material das localidades.

O Plano Safra 2003/2004 tem várias ações de incentivo à agricultura familiar, como ampliação de linha de crédito, programa de assistência técnica e seguro-safra.

Temos ainda o Projeto Conviver, que contempla várias ações para a manutenção da família no campo, como o combate à pobreza rural.

Nos municípios atendidos pelo Programa Fome Zero, o repasse para a compra de remédios da farmácia básica foi ampliado de R\$1,00 para R\$2,00.

A partir desses dados, quero registrar a importância da participação do grande número de voluntários

os anônimos que ainda são capazes de se indignar diante do sofrimento de grande parte da nossa população e conseguem contribuir para a justiça social, a partir de sua ação em igrejas, grupos, associações, ONGs, empresas e muitas vezes com doações individuais.

Quero, por fim, reiterar o meu orgulho em participar da construção desse enorme movimento que invade lares e corações, com a convicção de que a miséria não é e nem pode ser um estado natural. Escreveremos uma nova página na história do País, agregando esforços do Governo, da sociedade civil e de todos os cidadãos que crêem que um Brasil para todos é possível.

Tenho certeza de que chegaremos à nossa meta, de um Brasil solidário, de um Brasil sem mazelas sociais, em que sejam corrigidas todas essas distorções e com um programa de Governo que venha contribuir e solidificar todas essas nossas propostas. Não tenho dúvida de que chegaremos a bom termo nessa nossa empreitada. É uma jornada nobre e todos os brasileiros, com certeza, estarão incentivados e irmanados nessa luta. Nesse sentido é que me sinto otimista com esse processo e, por isso, quero me somar a esses esforços.

Muito obrigado a todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eurípedes Camargo, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência agradece a audiência dos telespectadores da **TV Senado**, dos ouvintes da **Rádio Senado** e das pessoas que participam assistindo à presente sessão.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aloisio Mercadante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. S. Exª dispõe de até vinte minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que acompanham esta sessão pela

TV Senado e pela Rádio Senado, é com grande satisfação que uso esta tribuna, neste instante, para falar daquilo a que dediquei os melhores anos de minha vida, buscando, em minha adolescência, ciência para, com consciência, servir ao meu povo do Piauí: a saúde.

Sr. Presidente, a Organização Mundial de Saúde reza que saúde não é apenas ausência de enfermidade ou de doença, porém o mais completo bem-estar físico, social e mental. Daí a preocupação de muitos médicos, como eu, como Juscelino Kubitschek de Oliveira, médico-cirurgião, em abraçar a carreira política. Na política, o médico encontra um instrumento para promover o bem-estar social e para combater a miséria, a fome e, conseqüentemente, a doença.

O nosso País tem obtido avanços. Não podemos negar: hoje é um País moderno e, nas ciências médicas, serve de referência para o mundo. A cirurgia cardiovascular, sem dúvida, é uma das mais avançadas, por meio de Euríclides de Jesus Zerbini e do nosso ex-Ministro da Saúde, Adib Jatene, do Acre. O mesmo ocorro com a cirurgia plástica, plantada numa Santa Casa de Misericórdia por Ivo Pitanguy, uma das referências. A oftalmologia também evoluiu bastante em Belo Horizonte, com Hilton Rocha, e no Estado de Goiás, de Iris Rezende, cuja oftalmologia é das mais avançadas do mundo. O meu próprio Piauí é um ícone de ciências de saúde. Não ia demorar, eu diria apenas que lá atualmente se faz transplantes cardíacos com êxito, como em poucos Estados se faz.

Contudo, o momento em que vivemos é cheio de dificuldades. Primeiro, há 15 anos, no Governo do Presidente Sarney, um dos mais generosos Presidentes da República da História deste País, consolidou-se o SUS – Sistema Único de Saúde –, que se inicia com a letra “s”, de sol. A saúde deveria ser igual para todos, assim como o sol. Anteriormente, era negra a página dos institutos, que eram múltiplos e se fundiram em apenas um: o INPS. Somente tinha assistência médica quem possuía a carteirinha do INPS. Caso contrário, não teria assistência, a não ser naquelas cidades que possuíam um instrumento da misericórdia trazido pela cristandade portuguesa: as Santas Casas de Misericórdia.

O SUS foi um avanço, mas a universalização enfrenta problemas hoje. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já tem muita “sarna para se coçar” e não precisa criar mais Ministérios. Vamos cuidar do que existe. A caridade começa com os de casa. Vamos manter os Ministérios fundamentais e

tradicionais existentes no mundo onde há Governos democráticos.

Aconselharam mal o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, homem extraordinário, abençoado por Deus – a trajetória de Sua Excelência o confirma. É generoso, honrado e tem bons propósitos, mas falta-lhe experiência. Não foi Prefeitinho, Secretário de Saúde, nem Governador de Estado, como fui. Houve um equívoco, mas queremos auxiliar o Presidente que ajudamos a eleger. Colaborando com Sua Excelência, ajudaremos o nosso País, o Brasil.

Há Ministros demais. E esse assunto foi estudado. Os norte-americanos, povo por quem não tenho muita simpatia, tiveram grande avanço tecnológico e político na consolidação do pensamento democrático. Abraham Lincoln, em um cemitério, quando enterrava os que morreram pela unidade na Guerra da Secessão e quando tentava libertar os negros, consagrou aquelas terras dizendo que aqueles mortos tinham dado exemplo e se sacrificado para que nunca mais o Governo do povo, pelo povo, para o povo perecesse.

Então, temos a aprender. Nos dias de hoje, o último Presidente norte-americano, o simpático Bill Clinton, passou por experiências também. Foi Governador de seu Estado e tinha uma obstinação: a história conta que, quando garotinho, em um time de futebol, tirou um retrato ao lado do Presidente Kennedy e, na ocasião, disse que seria Presidente da República. Pois bem, Bill Clinton, depois da experiência de governar seu Estado e tendo a responsabilidade de governar seu país, mandou estudar o assunto como tem que fazer todo governo na democracia. Não é tão simples, é complexo, é difícil. Sobre governar, os gregos, que também começaram a história democrática, disseram que era sinônimo de navegar. E o poeta europeu, retratando isso, disse: “Navegar é preciso; viver não é preciso”. O “preciso” significava “precisão”, porque governar tem as turbulências, as tempestades, as dificuldades.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no livro **Dom Quixote de la Mancha**, de Cervantes, está escrito que Dom Quixote dera a Sancho Pança uma ilha para governar. Sancho Pança disse que não podia, pois era humilde. Mas Dom Quixote lhe disse que ele tinha a sabedoria de ser temente a Deus e que, portanto, poderia governar. E ensinou Sancho Pança a governar. Após algum tempo, voltou e perguntou a ele o que pensava de governar. Sancho Pança respondeu que era um golfo de confusões. Essa é a história.

Mas Bill Clinton, sabendo disso, mandou que fizessem estudos. Chamou os melhores pesquisadores de governo e de administração, Ted Gaebler e Da-

vid Osborne, que estudaram os governos e escreveram o livro **Reinventando o Governo**. A conclusão deles foi de que o governo não pode ser grande demais. Não pode ser grande como um transatlântico, pois afunda como o Titanic, que os engenheiros diziam ser perfeito. E não anda. Deve ser pequeno, ágil, móvel como um learjet, que vai para cá e para lá e resolve os problemas.

O Governo está muito grande. Muitos ministérios foram criados. O ex-Presidente José Sarney deve ter governado o País com 16 ou 17 ministérios. Refiro-me ao período após a ditadura. O ex-Presidente Fernando Collor de Mello reduziu para 12. Depois, o ex-Presidente Fernando Henrique voltou para 16 ou 17. Agora já vamos para 40.

O exemplo arrasta-se. Esse exemplo não foi bom. Todos os Governadores e Prefeitos estão ampliando a máquina, o seu custeio, a sua despesa, os seus salários, as suas viagens – muitas delas desnecessárias. Essa é a realidade, e o dinheiro está faltando!

Sr<sup>a</sup> Presidente Serys, falo daquilo que sei! Senador Paulo Octávio, V. Ex<sup>a</sup>, exemplo de sábio empresário, é como Jack Welch, o grande administrador da GE. Há uma tabela de preço muito boa, universal: uma apendicectomia tem o mesmo valor no Piauí, em São Paulo, no Mato Grosso ou em Brasília. Mas, há mais de oito anos que essas tabelas não são atualizadas – oito anos de mandato do Presidente Fernando Henrique e mais. Ocorreram várias complicações; houve muitas complexidades nas tabelas de UTI, de neurocirurgia, das usuais, das comuns. Hoje, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, por exemplo, recebem-se R\$300 por uma cesariana, com sala de cirurgia e enfermeiro. Há pacientes que passam uns quatro, cinco dias, sem complicações; às vezes, há complicações, mas, mesmo assim, o valor cobrado pelos hospitais é muito menor do que uma diária simples em qualquer pensão de terceira em Brasília.

Então, o atendimento está precário nos hospitais! Aqui em Brasília, Senador Paulo Octávio, na ilha da riqueza, na ilha da fantasia, na indústria do emprego público, há o nosso Hospital de Base, que externa grandes dificuldades! Imaginem, então, as dificuldades por que passam as 5.648 cidades do Brasil!

Outro dia, tratamos, aqui no Senado, do problema da hemodiálise e chegamos à conclusão que o sistema está precário. Para quem tem insuficiência renal, para aqueles cujos rins não funcionam, só há essa saída – a hemodiálise – ou o transplante, possibilidade remota para quem não tem recurso para pagar o doador. Em Caruaru, há uns seis anos, morre-

ram quase 70 pessoas. E, agora, algumas mortes voltaram a ocorrer.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senador Mão Santa, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Paulo Octávio, um dos mais brilhantes políticos de Brasília, com perspectivas invejáveis na política do nosso País.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senador Mão Santa, não tive ainda o privilégio, como V. Ex<sup>a</sup>, de governar um Estado tão importante como o Piauí, e de ter uma votação tão expressiva, mas, certamente, tentarei algum dia. Desejo a V. Ex<sup>a</sup> sempre muito sucesso. Na última vez em que estivemos juntos foi no rio Cuiabá, na visita que fizemos ao Sesc Pantanal, como membros da Subcomissão Temporária de Turismo do Senado Federal. A visita foi muito importante, porque, se existe um segmento econômico que o Brasil tem e deve valorizar – e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem – é o turismo. Temos de mudar o País, criar empregos – criar 1,2 milhão de empregos como quer o Presidente – por meio do turismo. E V. Ex<sup>a</sup> tem feito um trabalho muito dinâmico na Subcomissão Temporária de Turismo, vinculada à CAE. Mas cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por ter considerado que o grande número de Ministérios criados pelo Governo é exemplo negativo para todo o País. É verdade. Segundo levantamento que fiz, muitos Estados aumentaram o número de Secretários, tendo como exemplo o Governo Federal. Logicamente, quando se cria uma Secretaria, um Ministério, cria-se despesa. No momento em que o Governo quer que as contas públicas sejam impositivas, não nos podemos dar esse luxo de criar novas entidades, novos Ministérios em nosso País. Por isso, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que se paga tão pouco ao sistema médico brasileiro, é importante que o Governo se lembre sempre de que, ao criar novas entidades, cria novas despesas e dá mais insegurança ao povo brasileiro. Por isso, o alerta de V. Ex<sup>a</sup> vem em boa hora, é importante. Não precisamos aumentar, no Brasil, a nossa máquina administrativa; pelo contrário, devemos sempre pensar numa redução. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, que atinge muitos Estados hoje, vem ao encontro do que quer o Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup>, em seu pronunciamento, mostra muito bem o posicionamento favorável a um enxugamento da máquina. Lembro que Brasília, apesar de o ilustre e eminente amigo Senador tratá-la como ilha da fantasia, está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Distrito Federal não tem mais funcionários do que deveria ter. É, por sinal, um dos Estados que menos funcionários públicos tem proporcionalmente ao número

de habitantes. Realmente, temos uma renda **per capita** elevada por sermos a Corte, por sermos a capital da República. Era o que tinha a dizer, e cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu excelente pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela participação e o Brasil todo também o faz, porque nasce a esperança com V. Ex<sup>a</sup>, com a certeza de que teremos líderes competentes em Brasília e no Brasil com a sua presença. Brasília é testemunho daquele gênio que foi Juscelino Kubitschek, que teve a coragem de integrar este País. Imaginemos se a capital tivesse ficado no Rio de Janeiro, o que seria o atraso do resto, a diferença do Norte, do Nordeste e a confusão pela superpopulação?

Um quadro vale por dez mil palavras, e referi-me ao contraste, à grandeza econômica de Brasília em relação aos pequenos Municípios piauienses.

Trago um artigo da **Gazeta Mercantil** que gosta de elogiar: “O remédio para o medicamento”. Com toda essa dificuldade, o brasileiro, Sr<sup>a</sup> Presidente, não tem acesso aos medicamentos, porque está desempregado e, como o Senador Paulo Octávio disse, não tem dinheiro. Mecanismo estrutural e hospitalar nenhum levará à cura se aquele portador não tiver um mínimo. E o Governo está também retardando esse processo no País, que, no passado, teve uma indústria farmacêutica nacional de medicamentos, a Ceme, que garantia os medicamentos aos pobres necessitados e humildes.

Mas nem tudo é assim. Não vim para amaldiçoar as trevas. Vim trazer uma luz. Amanhã, o Governo apresentará uma luz à melhoria, editando uma medida provisória que dará auxílio, Senador Paulo Octávio, para que as famílias busquem os doentes mentais aprisionados nos manicômios dos hospitais psiquiátricos, verdadeiros campos de concentração, sofrendo a falta de afeto, de amor e carinho, ou perdidos nas ruas e os levem para o seu lugar, para o seu espaço na família.

Nesse ponto, o Ministro, que é psiquiatra, promoveu um grande avanço em relação àqueles nossos doentes mentais. Nesta Casa, com certeza, amanhã serei o Relator, na CAE e aqui no plenário, do projeto que é um passo positivo. O Ministro que é psiquiatra, além de resolver os problemas psiquiátricos, razão por que merece o nosso apoio e louvor, tem de despertar o nosso Presidente da República para se concentrar nas grandes doenças deste País.

Como médico, reafirmo isso, e o Senador Paulo Octávio, não médico, fez o diagnóstico: a maior doen-

ça deste País é o desemprego; em segundo lugar, vem a violência e, em terceiro, a falta de saúde.

Essas são as nossas palavras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário e pelo Sr. Leomar Quintanilha.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Leomar Quintanilha, que preside neste instante esta sessão do Senado, pela permuta; Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, serei bastante breve.

Primeiramente, comunico que estou chegando, há poucos instantes, da Antártica. Eu e o Senador Demóstenes Torres estivemos, durante oito dias, entre Puntarenas e a base chilena da Antártica, até onde o avião da Força Aérea consegue chegar. À estação brasileira os aviões não chegam, apenas helicópteros.

Quero registrar o papel dos pesquisadores na Antártica. É preciso ir até lá para acreditar, principalmente nessa época. Brincávamos que nem os pinguins estavam presentes. E era verdade. As “pinguineiras” estavam totalmente desertas, pois a temperatura é muitíssimo abaixo de zero.

Era meio-dia quando o avião aterrissou na base chilena da Antártica. Não tínhamos visibilidade de 100 metros. Imaginei que, depois, teria possibilidade de enxergar algo de outra cor, mas é tudo branco. Tudo gelo e neve. Quando esquenta, a temperatura chega a 15 graus abaixo de zero e neva porque está mais quente. Fora isso, tudo é gelo.

Vamos fazer uma descrição detalhada no momento em que falarmos sobre o arrojo e a determinação dos nossos pesquisadores que ficam na estação da Antártica no mínimo por três meses em isolamento absoluto, fazendo pesquisas de alta complexidade.

A participação das Forças Armadas, como temos descrito, é importante na busca da integridade e da defesa da soberania brasileira na Amazônia, também elas estão presentes na Antártica. A Força Aérea lá estava a convite da Marinha.

Estávamos acompanhados de dois almirantes, um brigadeiro e um general, o Senador Demóstenes

Torres, dois Deputados Federais e eu. A missão oficial ainda se encontra na Antártica, só o Senador Demóstenes e eu conseguimos sair antes, pois o Hércules ainda não conseguiu cumprir sua missão junto à Estação brasileira, que é levar condições de sobrevivência para os próximos três meses. Essa impossibilidade se deve à grande quantidade de gelo na região neste período.

Somente voltamos ao Brasil, o Senador Demóstenes e eu, mas as representações do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil, alguns empresários e principalmente os representantes das Forças Armadas, que estão lá no verdadeiro embate, e a tripulação do Hércules, de extrema competência. É inacreditável como alguém consiga fazer uma aterrissagem na Antártica no contexto atual. Eles o fazem com uma perfeição ímpar, mas não estão conseguindo sobrevoar – o Hércules não aterrissa na estação brasileira; ele sobrevoa para jogar, do helicóptero, o sustento dos próximos três meses para os pesquisadores.

Neste momento, há aproximadamente 30 pesquisadores na estação brasileira. Realmente, há ousadia e determinação nesses pesquisadores. Emocionamos-nos ver o grau de brasilidade de defesa do nosso País – também se encontram lá uma juíza e três pesquisadores de universidades; até quando tive notícias hoje, pela manhã, eles ainda não conseguiram sair – e o arrojo dos pesquisadores brasileiros na investigação – pelo menos, é o que se tem em termos de conhecimento e entendimento que nos foi oferecido – das grandes riquezas lá existentes e que possibilitam, por meio das pesquisas lá realizadas, aprofundarmos a pesquisa aqui no País.

Antes de mudar de assunto, concedo um aparte, de imediato, ao Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF)** – Senadora Serys Slhessarenko, é emocionante o relato de V. Ex<sup>a</sup>. Fico muito feliz em ver que uma eminente representante do Senado Federal fez essa viagem, que eu gostaria de ter feito. Parabéns. Cumprimento-a pela coragem e pela ousadia. Lembro com emoção ainda do Almirante Maximiliano Fonseca, que foi Ministro da Marinha há vinte anos e um dos grandes incentivadores da missão da Marinha na Antártica. Aproveito e faço, neste momento, uma homenagem a esse grande brasileiro que foi Ministro da Marinha, o Almirante Maximiliano Fonseca, e lembro das palavras de S. Ex<sup>a</sup>, dizendo que o Brasil deveria colocar lá um pé, um posto avançado e assim tem sido feito. Nos últimos vinte anos, grandes conquistas brasileiras foram feitas, desde o momento em que se fez a primeira expedição naval, se não me engano, no navio Barão de

Teffé, há vinte anos, por determinação do Ministro Maximiliano Fonseca. Parabéns pela visita de V. Ex<sup>a</sup>. Espero que um dia eu possa ter a mesma oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> teve.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)** – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por ter nos lembrado do Ministro Maximiliano Fonseca, até porque realmente agora, em fevereiro de 2004, de repente V. Ex<sup>a</sup> vai nessa expedição, porque é efetivamente uma expedição e precisa coragem realmente, Senador. Eu estava meio receosa, mas depois que se chega... A não ser o impacto inicial da aterrissagem lá, quando o avião abre, olhamos para o mundo e não enxergamos nada a não ser tudo absolutamente branco, o impacto realmente é bastante assustador. Depois, nos adaptamos com o gelo até o joelho e tudo o mais, começamos a conseguir conversar e a procurar o entendimento, os conhecimentos que fomos buscar.

Realmente, V. Ex<sup>a</sup> fala nos 20 anos. Serão comemorados, em fevereiro de 2004, os 20 anos da chegada dos brasileiros, por missão do então Ministro Maximiliano Fonseca, que V. Ex<sup>a</sup> muito bem lembrou. Inclusive, há um convite das Forças Armadas, em especial da Marinha brasileira, para que o Presidente da República esteja presente, em fevereiro, na comemoração dos 20 anos da Estação Antártica Comandante Ferraz, na Antártica.

O acesso àquela região é realmente muito difícil nesta época do ano, em que nem os pingüins estão lá. Não vimos um pingüim, as pingüineiras estão absolutamente abandonadas porque é impossível, mesmo para o pingüim, permanecer naquela área. É incrível! Isso porque estamos no mês de julho. No mês de fevereiro, é mais acessível. E o avião Hércules não chega à estação brasileira; chega apenas à base chilena, onde fica o aeroporto – que não sei bem como é, porque, quando aterrissamos, tudo estava branco. Não sei como eles localizam aquela possibilidade de aterrissagem do Hércules. A partir dali, os deslocamentos são feitos de helicóptero.

Sr. Presidente, como estamos chegando da Antártica, faço este breve comunicado, mas ainda vou elaborar um relatório, assim como o Senador Demóstenes Torres, que estará presente daqui a pouco.

É muito importante que todos, em especial os Senadores, como representantes do povo, tenham interesse em que as pesquisas se aprofundem em nosso País para que conheçamos o potencial que temos; e a Antártica é realmente um laboratório da mais alta relevância para a pesquisa do subsolo. Tanto é assim que grande parte dos países está buscando um espa-

ço para pesquisa na Antártica, tamanho laboratório é esse continente.

Rapidamente, até porque assim prometi ao Senador Leomar Quintanilha, a quem agradeço pela troca na ordem de inscrição para pronunciamento, quero apenas registrar mais uma vez o que falo sempre que assomo a esta tribuna e não desistirei de falar enquanto não houver algum avanço. Trata-se do problema das nossas estradas. Tivemos mais um acidente, mais um entre tantos outros que deixam seqüelas ou matam inúmeras pessoas diariamente. As nossas estradas estão absolutamente intransitáveis. Está aí D. Mauro Morelli, acidentado, a quem enviamos a força e o pensamento positivo de todo o Congresso Nacional e de todos os brasileiros, para que S. Ex<sup>a</sup> saia dessa situação com a galhardia que lhe é peculiar, e isso vai ocorrer com certeza.

Estamos permanentemente reclamando de nossas estradas e afirmando que há dinheiro. Existe a Cide, essa contribuição cobrada com a finalidade de restauração e construção das nossas estradas federais. Se a Cide foi regulamentada com excesso de percentual – estão querendo me convencer de que são 75% para restauração das estradas – eu tenho dito e repito neste plenário, ao nosso Ministro Palocci, ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: vamos achar uma saída. Se não é possível derrubar o veto que o Sr. Fernando Henrique após à regulamentação da Cide para que se use esse dinheiro já, ou parte dele, para a restauração das nossas estradas, que venha a medida provisória. Eu tenho dito ao Presidente Lula que sou contra medidas provisórias, mas estarei aqui certamente, com todo o Senado da República, apoiando uma medida provisória que destine 20% ou 30%, pelo menos, do que já está arrecadado pela Cide, que beira R\$12 bilhões. Que seja destinado 30% desse recurso por meio de medida provisória para ser usado já na restauração das estradas até o final do ano. Para o próximo ano, está amarrado, pela LDO aprovada por nós, 30% da Cide diretamente para restauração das estradas. Mas isso é para 2004. Não é mais possível continuar com as estradas dessa forma. Os produtos não conseguem sair. Por exemplo, o meu Estado de Mato Grosso, o maior produtor de soja do mundo, não está conseguindo escoar a sua safra por conta da situação das estradas federais. Pior do que isso são vidas ceifadas diariamente por causa das estradas em péssimo estado. E não é somente no Estado de Mato Grosso; é de ponta a ponta neste País. E com 30% da Cide já liberado para restauração das estradas, nós teremos condições de restaurar praticamente todas as estradas federais até

dezembro deste ano. Portanto, deixo aqui mais uma vez a minha reivindicação, a minha conclamação a todos os Senadores e Senadoras. Vamos lutar juntos! É possível! O dinheiro está em caixa, o dinheiro existe! Precisamos encontrar a fórmula para liberar o uso devido porque a referida contribuição foi criada para que se restaurassem, fundamental e principalmente, as estradas federais brasileiras. Esse recurso tem que ser usado para isso. Já há reivindicações na Justiça pelo não pagamento dessa contribuição pelo fato de ela não estar sendo destinada para o fim para o qual foi criada. Então que se destine imediatamente a contribuição para seu objetivo precípua, até para que os que estão conseguindo liminares na Justiça para não continuarem contribuindo não tenham mais essa possibilidade. Evidentemente, a Justiça vai conceder liminar, uma vez que o dinheiro arrecadado não está sendo destinado para o fim para o qual foi criado. Portanto, não deixarei de continuar reivindicando. Toda vez que assomar a esta tribuna, estarei criticando a questão das estradas, que obviamente não foram destruídas no nosso Governo. Claro que não! Isso é fruto e produto de anos e anos de falta de conservação, mas não é por isso que vamos deixar de tomar uma atitude ousada, diferente e nova.

O Senador Mão Santa, que nos precedeu, disse: “Vamos aprender novas fórmulas!” Se o dinheiro existe, tomemos alguma providência. Se não pode ser liberado porque foi vetado pelo Governo Fernando Henrique, se não há possibilidade de derrubar esse veto de imediato, se o assunto precisa ser rediscutido porque estão dizendo que 75% é muito para a recuperação das estradas, que se encontre outra alternativa, mas é imprescindível que se destine já parte desse dinheiro para a restauração das nossas estradas. Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Serys Shessarenko, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao eminente Senador Leomar Quintanilha, do PFL do Estado do Tocantins.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos fins de semana, principalmente desde o início do meu mandato, tenho percorrido os Municípios tocan- tenses e, nos últimos meses, pude notar uma mudança no cenário geográfico do meu Estado. À margem da Belém-Brasília, em vários trechos, e em outras rodo-

vias estaduais, em algumas estradas vicinais surgiram de repente inúmeros acampamentos, construções simples, casebres de palha, parede e cobertura, abrigando inúmeras famílias em condições as mais precárias e adversas, pois falta tudo. O abastecimento de água é difícil. Não há alimentação. É preciso trazê-la de fora. Assistência médica, nem pensar! Também não há energia elétrica. Enfim, há acampamentos rústicos ao longo das estradas. Na Belém-Brasília, existe um risco maior: a rodovia experimenta um tráfego intenso, e os acampamentos ficam exatamente naquela margem de segurança que fica entre a pista de rolamento e a cerca que divide a rodovia das propriedades privadas. Ali homens e mulheres de todas as idades e muitas crianças, às vezes, de forma desavisada, atravessam a rodovia, colocando em risco não só as próprias vidas, como também a dos usuários dos veículos que trafegam ali em alta velocidade. Esses cidadãos, repito, são expostos diariamente a riscos enormes em razão dos acampamentos irregulares que têm surgido ao longo das rodovias federais e das estradas vicinais do meu Estado. E qual é a causa do surgimento desses acampamentos, Sr. Presidente? É a esperança, que está levando milhares de brasileiros sem norte, uma ordem de rotos e famintos, desorientados, às vezes, a esses acampamentos na expectativa de obterem um pedaço de terra para trabalhar. Eles se apegam à notícia – não sei de onde partiu, se do Incra ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário – de que somente serão assentados aqueles que estiverem acampados. Os que não estavam correram para os acampamentos exatamente para terem oportunidade de serem assentados. Esses acampamentos se multiplicaram no Estado do Tocantins e se multiplicam pelo Brasil afora numa forma transversa – no meu entendimento sem sucesso – de realizar a reforma agrária.

Não podemos nos ater à estatística de que milhões de hectares foram desapropriados e milhares de famílias assentadas. Isso não traz resultado àqueles que pretendem encontrar um lugar de onde possam tirar o sustento próprio e o de sua família nem àqueles que alimentam a esperança de poder construir o seu próprio futuro a partir da obtenção de um pedaço de terra.

A reforma agrária da maneira como está sendo implantada no Brasil não dá certo. Salvo raríssimas exceções, os assentamentos não têm trazido resultados positivos para os assentados. Na grande maioria das vezes, os assentados são levados de determinadas regiões para os municípios sem a combinação prévia com o prefeito municipal ou, ao menos, questi-

oná-lo se no orçamento dele há suporte para receber, abruptamente, centenas de milhares de famílias que, uma vez assentadas sem as mínimas condições básicas para a sobrevivência, correm atrás do prefeito, querendo atendimento de suas demandas de saúde, de educação, de abastecimento de água, de moradia digna, de energia elétrica, de transporte, enfim, atendimento das condições básicas que qualquer cidadão está a exigir.

Sr. Presidente, preocupa-me a forma como está sendo conduzida essa política. Ela não trará os resultados esperados. Já tivemos exemplos melhores. Imagino que precisamos voltar aos bons exemplos.

Nos últimos cinquenta anos, o País tem experimentando um fenômeno social de largas consequências: o êxodo rural, que mudou o perfil da população, há cinquenta anos, 70% dela morava no campo e apenas 30% morava na cidade. Hoje os índices estão totalmente mudados, sendo que apenas 18% da população brasileira está no meio rural.

As populações que migraram das diversas regiões do País para as cidades foram atraídas pelas facilidades da vida urbana, tendo em vista o abandono a que eram relegadas. O homem do campo, muitas vezes despreparado, sem cultura, sem conhecimento, sem esclarecimento, vem para a cidade enfrentar um mercado adverso, com muitas dificuldades. Ele não tem qualificação profissional para disputar o mercado na cidade com aqueles que tiveram oportunidade de estudar e de se qualificar.

Os migrantes se acotovela, criando bolsões de miséria nas periferias das cidades, ocupando os equipamentos públicos existentes a serviço da população – hospitais, escolas, transporte coletivo –, que, sucateados, não conseguirão atender à demanda das populações urbanas porque elas crescem em progressão geométrica.

Não vejo, tanto nos assentamentos como nos acampamentos com vistas a assentamento, uma forma de inverter esse fluxo migratório do interior para as cidades. Isso não será possível enquanto as elites brasileiras não perceberem a necessidade de dar um mínimo de apoio ao homem do campo. O programa de apoio levado ao homem do campo tem sido muito tímido enquanto o cidadão que mora na cidade tem todo tipo de apoio – rua pavimentada, iluminação pública, transporte coletivo, hospital, escola para os filhos, financiamento para casa própria. O homem do campo, repito, além de enfrentar as adversidades do interior, não tem esse tipo de apoio. Tem que lutar com as próprias forças, de sol a sol, para, com as próprias mãos, tirar da terra o seu sustento e o de sua fa-



mília. Quando produz alguma coisa, ou quando tem necessidade de ir à cidade, muitas vezes, enfrenta caminhos vicinais que ele abriu numa picada com facão e machado. Não dispõe de uma estrada pavimentada, não tem uma estrada adequada, conveniente, não tem o transporte coletivo. Quando alguém adoece no campo, é um drama. Se o tratamento conhecido, com chás de ervas, não resolver, se a doença for grave e o enfermo tiver que correr para a cidade, pela falta de assistência e pela falta de condições adequadas de se locomover por estradas ruins e por não haver transporte adequado, seguramente ele chegará atrasado.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é médico, já deve ter visto no seu Estado esse quadro que se repete na grande maioria dos Estados brasileiros.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – V. Ex.<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PFL – TO) – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muito prazer, nobre Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex.<sup>a</sup> representa muito bem o novíssimo Estado do Tocantins, que é uma grande realidade brasileira. Fiquei impressionado com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> ao dizer que dedica todos os fins de semana a idas ao campo para conhecer o Brasil e visitar os cidadãos mais necessitados. Afinal de contas, essa é a missão do homem público. Comungo, em gênero, número e grau, com o seu pensamento quanto à falta de assistência do Governo brasileiro a quem vive no campo. Há quarenta anos, 80% da população brasileira vivia nas pequenas cidades e no campo, mas essa posição inverteu-se totalmente. Hoje, nem 20% da população brasileira está no campo por não ter assistência nem incentivo. Por isso, existe a insegurança nas grandes cidades brasileiras, que estão inchadas e acomodam muito mal a população, pois não estavam preparadas para o grande êxodo rural ocorrido nos últimos anos. Sem dúvida, uma política muito inteligente seria a de ajudar o homem do campo, dando-lhe condições de crescer, criar empregos – o que é muito difícil – e ativar a economia no campo, porque o Brasil é um País agrícola. A nossa grande riqueza – demonstrada com o aumento da safra ano a ano – está justamente no campo, na produção agrícola. Precisamos dar ao homem que vive no campo condições de produzir mais. Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento, pelo seu desprendimento como homem público e pelo excelente trabalho realizado em prol da população do Estado de Tocantins. Meus parabéns!

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PFL – TO) – Nobre Senador Paulo Octávio, obrigado pelas gentis palavras. V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha viva das consequências do êxodo rural.

Brasília foi concebida para ser uma cidade meramente administrativa. Não se imaginava que, num futuro tão próximo, a cidade chegasse a ter uma população tão grande. Há vinte anos, Brasília era exemplo de qualidade de vida. Os serviços públicos da cidade eram dos melhores do País, as escolas públicas, o transporte urbano e os hospitais eram da melhor qualidade. Hoje, em razão da migração em progressão geométrica e num volume que serviço público nenhum consegue acompanhar para atender com dignidade o usuário, Brasília experimenta dificuldades, assim como também atravessam dificuldades as grandes metrópoles brasileiras.

Será que estávamos cegos, com os olhos tapados e insensíveis para não perceber, ao longo desses 50 anos, esse fenômeno social tão forte e com consequências tão graves? Será que, ainda hoje, somos impotentes para procurar soluções num País de extensão territorial tão grande quanto o Brasil? Será que não há espaço suficiente para abrigar os brasileiros? É claro que há.

O problema são as políticas equivocadas. Políticas públicas de apoio ao homem do campo praticamente inexistem. Por esse motivo, homens e mulheres do meio rural brasileiro, atraídos pelas luzes e pelas melhores condições da cidade, deixam seu rincão natal, tendo lá, às vezes, condição melhor de vida e vêm para as grandes cidades arriscar um futuro. Muitos deles nos deixam com o coração travado, com mágoa profunda, ao vermos multiplicarem-se pessoas nas ruas em busca de uma oportunidade para sobreviver condignamente, e outras, já com mais dificuldade, até revirando latas de lixo para pegar sobras de alimento para se sustentar.

Não é possível que, num País rico como o Brasil, tenhamos que conviver com essa realidade. O nobre Senador Paulo Octávio confirmou que a vocação natural da economia brasileira está no setor primário, na produção de alimentos, e a ONU já identificou o coração do Brasil como a última fronteira agrícola do planeta. Somos vocacionados a ser o grande celeiro capaz de mitigar a fome, não só de nossos irmãos brasileiros, mas de pessoas que nasceram em outros continentes. A ciência e a tecnologia a serviço de nossa agricultura tem-nos propiciado saltos de qualidade na nossa atividade, que tem trazido muita alegria e um resultado extremamente positivo ao povo brasileiro. Em diversas quadras do Brasil, inclusive agora,

quando a economia é constrangida, vê-se decrescer a indústria, a atividade do comércio, até da prestação de serviços, mas, também, vê-se crescer a agricultura brasileira e de uma forma interessante: cresce em 40% a sua produção, numa expansão diária de apenas 12%. Então, a vocação natural de nossa economia está centrada no setor primário e tem na agricultura seu carro-chefe.

Como é que estamos permitindo que os homens que nasceram no local próprio e adequado para desenvolver essa atividade agropastoril estejam sendo atraídos para a cidade? Pelas vantagens que nós próprios estamos lhes oferecendo. Por que não damos as mesmas variedades de financiamento, de apoio às atividades do homem do campo como oferecemos aos da cidade?

É preciso que revejamos isso e que comecemos por dar atenção à questão dos assentamentos, aos acampamentos e ao Movimento dos Sem-Terra, que têm trazido algum dissabor. Às vezes a causa é justa, mas o método é equivocado. Não podemos permitir que ilícitos sejam praticados em razão de uma causa justa. Não podemos continuar assistindo passivamente a homens que precisam realmente de uma oportunidade para trabalhar, armados de foice, facão e machado, quebrando cercas, adentrando propriedades privadas, abatendo animais de terceiros para mitigar a sua fome, e isso não seja tratado como um ilícito. É ilícito e não podemos permitir. É preciso que tracemos o norte e o rumo correto para os sem-terra porque, daqui a pouco, isso vira moda e os sem-teto também podem começar a adotar procedimento igual: saqueando caminhões, invadindo lotes na cidade urbana, querendo um pedaço do terreno e falando: sou sem-teto, não tenho onde morar e vou construir aqui o meu abrigo em um pedaço do seu terreno.

Entendo que o direito de propriedade, uma das cláusulas pétreas da Constituição, tem que ser respeitado para que o Estado de direito seja mantido neste País. Todo cidadão tem que ter o tratamento de respeito e igualdade. Penso que o direito de propriedade é irmão gêmeo do direito de liberdade. O cidadão tem que ter o direito de ir e vir e o direito de conquistar a sua propriedade e não tomá-la à força.

Por isso, Sr. Presidente, preocupou-me sobremodo, ao verificar na Belém-Brasília, em vários trechos no Estado do Tocantins, em estradas estaduais e em algumas estradas vicinais próximas às propriedades rurais, a multiplicação de acampamentos, gerando uma expectativa falsa. É preciso que orientemos esses brasileiros que estão ali, querendo apegar-se a uma chama de esperança, mas que, na sua

grande maioria, talvez não tenham nenhuma aptidão, não saibam como lidar com a terra, não saibam como tirar da terra o seu sustento e o da sua família. Estão ali alimentando a esperança de que podem ter um pedaço de terra e o apoio do Incra para sobreviver por determinado tempo.

O que está acontecendo com a grande maioria dos assentamentos são os assentados, depois, vendendo as suas propriedades e indo buscar oportunidade de ser assentado em outro local, num círculo vicioso que não contribui para o seu desenvolvimento, levando à instabilidade, à intranquilidade ao meio rural brasileiro e não trazendo, para a sociedade brasileira, o tratamento de igualdade que esperamos possa ter todo cidadão, quer do campo, quer da cidade.

Era o que eu tinha a dizer, nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Associamo-nos ao pronunciamento do Senador Leomar Quintanilha, que, com sua inteligência, fez uma análise daquilo que tão bem ensinou ao mundo Franklin Delano Roosevelt, quando disse: “As cidades podem ser destruídas. Elas ressurgirão do campo. Mas se o campo for destruído, as cidades perecerão de fome”.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, do grande Estado do Piauí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ecad é o órgão arrecadador de direitos autorais de compositores e autores em geral do Brasil. Havia uma velha pendência jurídica entre o Ecad e os exibidores de cinema brasileiro. Após longa tramitação, a causa chegou ao final, com ganho para o Ecad, numa instância superior que não dá direito a recurso. Nessas condições, o Ecad ganhou o direito de arrecadar 2,5% da receita bruta dos exibidores de cinema brasileiro.

Sr. Presidente, sem entrar no mérito jurídico da questão, obviamente – porque, mesmo que eu fosse uma autoridade no assunto, não caberia discutir uma decisão judicial do País, ainda mais não sendo eu uma autoridade nesse campo – desejo fazer duas observações que acho muito importantes. Primeiro, os exibidores estrangeiros que operam no Brasil, e recentemente aumentaram muito essa participação com a implantação de muitos cinemas, tipo Cinemark, em várias das nossas cidades, estranhamente não terão a mesma obrigação, porque na disputa com esses exibidores estrangeiros o Ecad não conseguiu

levar a melhor. Isto é, o Ecad ganhou a questão com os exibidores brasileiros, mas não com os exibidores estrangeiros, eles estão livres desse encargo de passar ao Ecad 2,5% da receita bruta que auferirem nessa atividade.

Isso, de um lado, é estranho, mas a alegação dos exibidores estrangeiros, pelo que estou informado, é a de que o Ecad não possui a procuração dos diferentes autores, compositores que estão envolvidos na exibição daquele filme em cartaz e, por conseguinte, não lhes cabe pagarem ao Ecad por um direito que não têm, na medida em que não possuem a procuração daqueles que seriam os detentores legítimos desse direito.

O fato é que o argumento valeu para os exibidores estrangeiros, mas não valeu para os brasileiros, que, afinal de contas, operam nas mesmas circunstâncias.

Sr. Presidente, a segunda constatação que quero fazer é muito importante: os donos de cinema no Brasil, essas figuras, estão em processo de desaparecimento, tal a quantidade de cinemas no País que foram fechando as suas portas, sendo vendidos muito freqüentemente para igrejas protestantes, para outras finalidades, ou mesmo por inviabilidade econômico-financeira, porque a margem de lucro dessa operação econômica é muito estreita. O poder aquisitivo do povo brasileiro é baixo e não encontra disponibilidade para freqüentar e pagar um ingresso de cinema que relativamente é alto, e, por conseguinte, o número de freqüentadores de cinema não cresce, e a atividade econômico-financeira dos exibidores fica estreada por essa realidade brasileira.

Os exibidores têm de pagar metade da receita bruta ao distribuidor do filme, é claro, e o distribuidor repassa ao produtor e a todo o resto da cadeia produtiva de um filme.

Então, a receita do exibidor é efetivamente a metade daquilo que ele arrecada com a venda de ingressos. Se ele vai pagar 2,5% sobre o total da venda de ingressos ao Ecad, na verdade, ele vai pagar ao Ecad 5% da sua receita, porque o Ecad não está cobrando do distribuidor nem dos produtores de cinema, está cobrando dos exibidores e, ganhou na justiça esse direito. Assim, os exibidores teriam que pagar ao Ecad 5% da sua receita bruta, que é mais, Sr. Presidente, do que a margem de lucro que eles conseguem auferir, no mínimo igual a essa margem de lucro. Isso corresponde à decretação de uma falência da atividade de exibição de filmes, no Brasil, por parte pelo menos dos exibidores brasileiros.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino, permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Concedo um aparte ao nobre Senador Hélio Costa.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, é uma preocupação muito grande o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de relatar, principalmente com relação as pequenas cidades do interior, que há muito já perderam os seus cinemas e que têm enorme dificuldade em fazer votar novas casas exibidoras, na medida em que ficam penalizadas, por assim dizer, para pagar 5% da sua renda, conforme V. Ex<sup>a</sup> muito bem mencionou, o que praticamente inviabiliza o surgimento de novas casas de espetáculo. Essa é a dificuldade que estamos tendo até com a produção nacional porque, se não temos as casas de espetáculo, não temos onde promover, onde exhibir os filmes brasileiros, a produção nacional. Eu sugeriria a V. Ex<sup>a</sup>, que tão bem tem conduzido a Subcomissão de Cinema, Subcomissão da Comissão de Educação, que promovesse, se necessário e a julgamento de V. Ex<sup>a</sup>, uma audiência pública, quando poderíamos chamar os exibidores e os artistas para sabermos se realmente autorizaram a Ecad a fazer essa cobrança em seu nome. Vejo permanentes reclamações das emissoras de televisão e de rádio, até mesmo de promotores de shows no interior, dessas famosas exposições agropecuárias, todos eles submetidos a uma taxação pela Ecad. Quem sabe este não seria o momento de fazermos uma boa investigação sobre isso.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Senador Hélio Costa, a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, de minha parte, já está aceita. Com a idéia, o apoio e a participação de V. Ex<sup>a</sup> na Subcomissão do Cinema, convoquemos essa audiência pública. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, será uma oportunidade excelente para investigarmos o assunto e para, em primeiro lugar, saber, por parte também dos artistas e autores, se há essa procuração, essa transferência, como isso é feito. Em segundo lugar, quero manifestar minha profunda preocupação com a possibilidade de inviabilização de toda a produção cinematográfica brasileira, na qual estamos todos empenhados, como também em sua ampliação, em sua consolidação. A Subcomissão de Cinema existe no Senado em função do empenho, de uma compreensão sobre a importância estratégica da produção cinematográfica para o desenvolvimento nacional, para o fortalecimento de uma identidade cultural no País.

No momento em que o País todo faz um esforço para consolidar a indústria cinematográfica, a inviabilização de um dos elos da cadeia produtiva – e é um

elo fundamental porque se não houver público e exibição não haverá produção – será a ruptura de todo esse esforço que o Brasil está fazendo, assim como o Senado, onde estamos particularmente empenhados. Para nós é inaceitável.

Escutei a sugestão do Senador Hélio Costa e, imediatamente, aderi. Vamos convocar essa audiência e levar o assunto à baila para observar o que será possível fazer. Não podemos ficar conformados, omissos e de braços cruzados, vendo o naufrágio da atividade da exibição cinematográfica com uma consequência desastrosa, funesta, sobre toda a cadeia produtiva da indústria cinematográfica no Brasil.

Sr. Presidente, era basicamente essa a notícia que queria trazer, mas aproveito o ensejo e o assunto para demandar do Governo Federal um esforço de definição sobre a localização da Ancine.

A Agência Nacional de Cinema tem papel muito importante nesse esforço de desenvolvimento da indústria cinematográfica, papel estratégico e decisivo. Hoje, está localizada, administrativamente, na Casa Civil da Presidência da República, porque lá nasceu em função de toda uma negociação, mas, obviamente, não é o seu destino final, uma vez que a Casa Civil é um Ministério do Governo Federal de natureza eminentemente política, de natureza de negociação política de todo o Governo, de todas as proposições do Governo.

A Ancine, naturalmente, será inserida no Ministério da Indústria e do Comércio, localização defendida por aqueles que vêem, na indústria do cinema, a característica eminentemente industrial mais forte do que a característica cultural, ou então no Ministério da Cultura, considerando-se o fato de que se trata de uma indústria essencialmente cultural.

Essa pendência já ganhou fóruns de discussão nacional. Já houve e há pronunciamentos, quase toda semana, em favor de uma ou de outra localização, mas, há meses, essa pendência vem carecendo de definição. A falta de definição, obviamente, enfraquece e prejudica o funcionamento da Ancine.

Ao levantar a questão do Ecad com os exibidores, aproveito para solicitar, demandar e pedir ao Governo Federal, especialmente ao Ministro da Casa Civil, uma definição a respeito da localização da Ancine, que, efetivamente, está tardando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, o Presidente da República realizou uma reunião de fundamental importância para o País. Essa reunião envolveu todo o alto escalão do Governo. Estavam presentes 12 Ministros; o Vice-Presidente da República, José Alencar; e os Presidentes do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos principais fundos de pensão do País e das nossas principais estatais – de forma muito especial a Petrobras. Nessa reunião, que teve mais de cinco horas de duração, foi debatido e apresentado todo o plano de desenvolvimento do País, foram dados encaminhamentos e diretrizes para que possam ser realizados os investimentos em obras de infra-estrutura que são de fundamental importância. O Brasil, nas últimas décadas, não investe em infra-estrutura de forma adequada nas áreas de energia, de estradas, de portos, em todos aqueles setores que sustentam o desenvolvimento do nosso País e que infelizmente estão sucateados, desvalorizados e menosprezados.

Além do investimento em infra-estrutura, todo o debate nessa reunião foi realizado sob a ótica do financiamento, de onde sairão os recursos. Todos sabemos que o investimento internacional é muito pequeno. Há uma crise internacional, portanto não há sobra de capitais para realização de investimento, principalmente em países como o nosso, em desenvolvimento; a poupança interna brasileira infelizmente não tem acúmulo suficiente e necessário para fazer toda a sustentação desse projeto, desse programa de desenvolvimento sustentado para o nosso País.

Então, foi uma reunião muito importante e que ganhou registro nos jornais, nas revistas do final de semana como algo fundamental. A manchete de uma das revistas foi “Acelera, Brasil”. Talvez impulsionados pela vitória de Rubens Barrichello, consigamos agora, efetivamente, dar a aceleração de que este País necessita, para buscarmos o “espetáculo de crescimento” que o Presidente da República, de forma otimista, está propondo-se a coordenar.

Nessa reunião, falou-se na possibilidade efetiva de alocação de R\$400 bilhões para esses investimentos no financiamento dessas obras de infra-estrutura para os próximos quatro anos. Esse montante representa algo em torno de 7,5% do PIB, o que é um volume de recursos significativo, que não tem tido a sua realização nas últimas três décadas. E é importante recordar que, durante o “milagre econômico” de 1970 a 1977, tivemos investimentos em infra-estrutura da ordem de 11% do PIB. Portanto, se dermos condições

para que esse programa de investimento do Governo Lula se viabilize, ainda assim não conseguiremos recuperar aquilo que o Brasil já fez, há três ou quatro décadas, em termos de infra-estrutura para o desenvolvimento.

De qualquer forma, esses R\$400 bilhões são de fundamental importância, porque envolvem as obras que vou listar. Pela simples menção às obras e aos valores, pode ficar muito claro o que isso significa em termos de criação de empregos, mão-de-obra, desenvolvimento econômico distribuído em todas as Regiões do País.

As obras e os valores respectivos estão assim definidos: transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco, da ordem de R\$24 bilhões; interligação do rio Amazonas com o rio Orinoco, R\$18 bilhões; interligação da bacia do rio Amazonas com a bacia do rio da Prata, R\$13 bilhões; investimentos em usinas hidroelétricas, R\$38 bilhões; investimentos em usinas termelétricas, R\$8 bilhões; investimentos em refinarias, R\$12 bilhões; investimentos em plataformas de exploração de petróleo, R\$10 bilhões; obras rodoviárias e ferroviárias, R\$19 bilhões; ampliação da rede de metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro, R\$30 bilhões; redes de metrô em outros locais, R\$15 bilhões; porto de Santos, R\$3,5 bilhões; porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, R\$3 bilhões; linhas de transmissão de energia elétrica, R\$8 bilhões; distribuidoras de energia elétrica, R\$15 bilhões.

Portanto, são R\$400 bilhões que têm perspectiva de serem alocados, ao longo destes quatro anos, para que a infra-estrutura de energia, estradas, transmissão e de portos possa dar condições para que este País se desenvolva.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Gostaria de ouvi-lo, Senador Roberto Saturnino, porque V. Ex<sup>a</sup> deve ter ficado muito feliz porque o porto de Santos tem a perspectiva...

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – O porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois é. O porto de Santos, com a perspectiva de R\$3,5 bilhões, e o de Sepetiba, R\$3 bilhões. São dois portos importantíssimos para a escoação das exportações brasileiras.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por trazer ao Senado essa notícia, que é da maior importância. Não creio que possa haver notícia mais importante do

que a decisão de o Governo tomar as providências para executar esse investimento público, porque há uma correlação fortíssima, nítida, na história da economia do País, entre o crescimento da economia brasileira e a realização de investimentos públicos na infra-estrutura econômica do Brasil. Recorrendo a toda série histórica se verifica isso claramente. É fundamental, essencial que isso seja realizado. Até se reclama muito da taxa de juros, que está elevada, mas reduzir juros ou o compulsório dos bancos certamente algum efeito produzirá sobre a economia e nós poderemos crescer 2,5% ou 3%. Mas este não é o crescimento que o Brasil precisa. O País, com este quadro social insustentável que apresenta, para a resolução desses problemas sociais e a obtenção de uma economia mais justa e uma distribuição equitativa, precisa crescer 6% ou 7%, sua taxa histórica. Esse crescimento somente se atingirá na medida em que houver esse investimento público em infra-estrutura que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo. Agora, sim, ficamos com certeza de que iremos assistir ao espetáculo do crescimento. Certamente. Claro que não será ainda este ano, que está prejudicado pela necessidade que o Governo teve de puxar os freios, em razão da crise gravíssima que havia quando assumiu. Mas nós vamos ter, sim, um crescimento econômico e com fundamento, com uma base sólida nesse investimento que V. Ex<sup>a</sup> está anunciando a esta Casa. Meus parabéns, meus cumprimentos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Saturnino, e registro que as medidas adotadas na reunião da última quinta-feira obtiveram uma excelente repercussão junto ao setor privado, ao empresariado nacional. Inclusive, o Presidente da Grendene, Eugênio Staub, foi muito enfático – e está nos jornais – ao afirmar, de forma muito clara, que o País não investe adequadamente em infra-estrutura há uns dez anos.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Isso mesmo. Senadora Ideli, até mesmo o capital estrangeiro será atraído por esse investimento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

Eu gostaria de também conceder um aparte ao Senador João Capiberibe.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, esta é uma notícia que nos alegra e enche os nossos olhos de brilho. Mas eu gostaria de fazer um contraponto. Acredito que precisamos de investimento em infra-estrutura, mas temos de solucionar um problema estrutural da sociedade huma-

na e, em particular, da sociedade brasileira, qual seja, a concentração urbana provocada pelo processo de industrialização. Penso que estamos vivendo a era pós-industrial, em que esse importante setor da economia já não responde pela geração dos empregos necessários para atender a esse flagelo, a essa tragédia que estamos vivendo, que é o desemprego. Ao mesmo tempo em que trabalhamos, em que o Governo Lula, em que o Presidente está preocupado com esse viés keynesiano, em contraponto a essa combinação de política econômica de mercado – o Governo se esforça para levantar os ativos restantes, pois há muita coisa que sumiu pelo ralo das privatizações ao longo dos últimos doze anos –, precisamos de uma alternativa para a desconcentração urbana. É possível aliar um grande programa de infra-estrutura a essa inversão de modelo, pensar em uma volta da ocupação dos espaços amplos, de que este País dispõe, e fazer não apenas uma reforma agrária, que não podemos mais adiar.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Escamotear.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Adiar. Nem mais um minuto. Precisamos de mais do que uma reforma agrária. A reforma agrária é geradora, sim, de empregos, mas ela pode ser a mudança de modelo de que tanto precisamos e, também, pode ser essa desconcentração das populações urbanas que hoje estão sem saída. Cada vez em que se modernizam as indústrias, moderniza-se para gerar menos empregos. Ao invés de ampliar o número de empregos, eles diminuem, em função da tecnologia, da tecnologia de gerenciamento, da automação. Esse é um processo cuja estrutura temos de modificar. O Plano Nacional de Reforma Agrária tem de vir com essa dimensão, aliado a esse programa de investimento e também com essa mudança de modelo. Na questão da violência urbana, quanto mais concentramos investimentos nos centros urbanos, maior será a atração. Temos de dividir esses recursos e concentrá-los na reforma agrária e na urbanização do campo brasileiro. Tenho a impressão de que urbanizando as áreas rurais, dotando-as de condições adequadas de vida, colocando escolas adequadas e em consonância com a vida das pessoas que moram no campo, elas vão ficar lá e nós vamos ter resposta. Eu acho que o Governo do Presidente Lula tem que vencer esses grandes desafios que foram postergados até hoje. Muito obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador João Capiberibe.

Fiz questão de ler as obras porque elas dão esta dimensão de descentralização e também essa dimensão de urbano e rural. A transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco, Nordeste e Centro-Oeste sendo atingidos, a interligação da bacia do rio Amazonas com o rio Orinoco, atingindo todo o Norte do nosso País, e a interligação da bacia do rio Amazonas com a bacia do Prata podem melhorar as condições de vida em todo o País.

Mas há um problema que eu gostaria de abordar. Boa parte desse financiamento terá que vir das nossas estruturas de financiamento, do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica. E, infelizmente, temos uma amarração que tem impedido inclusive de utilizar recursos que existem, que estão trancados no BNDES, na Caixa Econômica por conta do acordo com o FMI.

Há dois itens do acordo com o FMI que precisamos revogar, que precisamos refazer. Estamos agora na iminência de um novo acordo. O ideal seria que não precisássemos renová-lo. O Ministro Antonio Palocci tem trabalhado nessa linha, mas, infelizmente, talvez isso não aconteça. Indiscutivelmente, quando a missão do FMI chegar ao Brasil, no mês de setembro, temos que estar com este País mobilizado, com as suas principais lideranças, com todos aqueles que defendem o desenvolvimento efetivo conscientes de que o acordo com o FMI, se for renovado, precisa ser feito em outro patamar.

O que precisamos revogar para poder desafogar, inclusive um recurso que o Brasil tem e está colocado nos seus bancos, mas que não pode usar? Em primeiro lugar, a questão de o investimento público ser considerado como despesa e ir diretamente lá no déficit.

Temos recurso lá no BNDES, temos recurso para fazer investimento nas nossas estatais, mas, infelizmente, não podemos construir refinaria, não podemos construir usinas, não podemos dispor de inúmeros instrumentos de desenvolvimento porque há uma restrição, porque não pode ser considerado como investimento, mas, sim, como déficit, como despesa, e aí o limite do superávit barra, restringe, impede que esse dinheiro que está disponível possa ser utilizado.

A outra questão, mais triste, é a questão do superávit impedindo a obtenção de empréstimos para as prefeituras brasileiras. Há um limite no total das prefeituras. Temos, hoje, mais de duas mil prefeituras absolutamente adimplentes. Elas têm capacidade de endividamento, estão com todas as suas dívidas quitadas e não podem pegar empréstimos junto ao

BNDES ou à Caixa Econômica para fazer obras fundamentais nos seus municípios, na área de saneamento, de habitação, de infra-estrutura.

Só para se ter uma idéia, a Caixa Econômica Federal tem disponíveis mais de R\$2 bilhões para obras de saneamento e habitação, mas somente R\$600 milhões podem ser liberados, porque essa restrição no acordo com o FMI impede que as Prefeituras acessem esses recursos.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, em duas palavras, esses são os pontos que mostrarão à sociedade brasileira que o Governo Lula não é o Governo Fernando Henrique Cardoso e que não estamos mais no neoliberalismo. Vamos libertar a economia brasileira dessas amarras, porque o nosso compromisso firme com a Nação brasileira é esse.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

Essas duas questões são imprescindíveis para esse programa de investimento de R\$400 bilhões. Se não conseguirmos captar financiamento externo, se isso está muito difícil e se não temos condições de disputar os parques recursos internacionais para a realização de investimentos, precisamos utilizar os recursos disponíveis no nosso País. Para isso, não podemos ter as amarras do acordo do FMI impedindo que, existindo dinheiro, não possamos usá-lo na ampliação das nossas estatais e das nossas empresas públicas e também no investimento das nossas Prefeituras. Precisamos tomar providência em relação a esses dois gargalos que estão no acordo do FMI.

Nesse contexto, o Senado da República tem papel fundamental e decisivo em iniciar esse debate e em mobilizar toda a sociedade brasileira. Estamos agora em convocação extraordinária e não podemos realizar, neste momento, nenhuma atividade relacionada a esse assunto, porque ele não está na pauta da convocação; mas, neste momento, estou trazendo o assunto para o Plenário porque devemos começar os trabalhos ordinários do Senado, agora em agosto, tendo essa questão como eixo, como centro da nossa atividade. Temos que desenvolver atividades no Senado que tragam esse assunto, que vejam como vamos mobilizar todas as autoridades – mobilização pelo interesse do País, e suprapartidária.

Estive com os Prefeitos de quatro Prefeituras do meu Estado quando se reuniram com o Presidente do BNDES, Professor Carlos Lessa. Os Prefeitos fizeram

a seguinte pergunta. “Presidente, como não podemos acessar o empréstimo? Temos capacidade de endividamento, estamos adimplentes, não devemos nada. Estamos pedindo R\$50 milhões, mas temos capacidade para 20, 30, 50 vezes mais!” E o Professor Carlos explicou o acordo de forma muito clara, relatando-nos que essas cláusulas do FMI são antigas: são da época de Dilson Funaro, em 1986.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senadora Ideli Salvatti, lamento informar que o tempo esgotou. Mas o pronunciamento de V. Exª deu novas asas àquela esperança que venceu o medo do povo brasileiro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

Sr. Presidente, eu queria concluir dizendo que é inadmissível a continuidade de algo que amarrou o desenvolvimento deste País desde 1986! Por isso, estou levantando este assunto, pois tenho certeza de que o Senado da República vai capitanear toda a mobilização política para que o Sr. Horst Köhler, Diretor-Geral do FMI, quando vier ao País em setembro, a fim de renegociar um novo acordo – se este for necessário –, encontre o Brasil em pé de guerra. Dessa forma, talvez tenhamos as condições de desenvolvimento possibilitadas pelo FMI à Rússia e ao México, quando flexibilizou as condições do acordo para viabilizar o desenvolvimento e o investimento em infra-estrutura, tão necessários na geração de empregos e no crescimento dos países.

Sr. Presidente, muito obrigada e desculpe-me por ter ultrapassado um minuto do meu tempo.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senadora Ideli Salvatti.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, em fevereiro do corrente ano, foi constituída a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, formada por 12 Senadores e 41 Deputados Federais. Trata-se de uma frente suprapartidária, cujo objetivo maior é a defesa dos interesses da Região, privilegiada por hospedar, como bem citou o eminente Presidente, a Capital da República.

Concebida por ocasião do encontro dos Governadores do Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, reunidos em fevereiro deste ano em Cuiabá, a Frente Parlamentar foi imediatamente criada naquele mesmo mês e tem, na pessoa do dinâmico e experiente Senador Jonas Pinheiro, seu primeiro Presidente. E aí está a Frente, preparada para desenvolver um trabalho unísono e afinado com o interesse público dos mais de 11,6 milhões de habitantes dessa próspera região, já homenageada com predicativos tais como o novo eldorado brasileiro, a última grande fronteira agrícola do País, o espelho do desenvolvimento e da consumação do desbravamento do interior brasileiro, enfim, todas essas formas elogiosas e carinhosas de exaltar o Centro-Oeste em inúmeros pronunciamentos aqui proferidos pelo menos ao longo das últimas duas décadas. Mas todos homenageando a região do futuro, como se esses tempos, o futuro, o amanhã, estivessem ainda distantes. Daí o descompromisso com o nosso presente, que já acontecia pelo menos dez anos após a inauguração de Brasília.

Contudo, Sr. Presidente, o fato é que precisamos agir agora, antes que tardiamente, não só na defesa da concretização de políticas e atos que fomentem e impulsionem o desenvolvimento desta parte do Brasil, mas a defesa de uma Região que tem e deverá ter, cada vez mais, um papel importantíssimo no desenvolvimento nacional como um todo.

Senão vejamos: somos grandes produtores agropastoris e, de modo especial, de grãos e carne para abastecimento das indústrias de produtos alimentares e dos núcleos urbanos do Sudeste e do Sul do País. Nesse sentido, a Região desempenha papel relevante na composição da pauta de exportações brasileiras, auxiliando a formação de superávits na balança comercial. Recebemos grande quantidade de migrantes procedentes do Nordeste e do Sul do Brasil, amenizando as tensões sociais no campo daquelas Regiões e redirecionando os fluxos migratórios do campo-cidade para o campo-campo, o que faz com que se diminua a pressão social nas periferias das grandes aglomerações urbanas, especialmente as do Sudeste.

De outra parte, a importância hidrográfica do Centro-Oeste adquire expressão continental, em vista do interesse revelado por vários países sul-americanos com relação à navegação fluvial. Esta, que, no futuro, deverá se realizar desde os países mais setentrionais até os meridionais, torna necessária a ligação de várias bacias hidrográficas. Tal condição valorizaria sobremaneira a Região, pois, em nosso território,

verifica-se a existência de locais que apresentam condições particularmente favoráveis à ligação das mais importantes bacias hidrográficas do continente – a Amazônica e a Platina.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, salta aos olhos dos que se debruçam sobre os dados da nossa economia que, apesar do imenso celeiro agrícola e da existência de riquezas tanto minerais como de ecossistemas, a nossa Região ainda não conseguiu explorar suficientemente esse potencial. Indubitavelmente, alguns projetos do passado foram importantes para alavancar, em parte, a utilização desses recursos.

Nos anos 80, a Bolsa de Mercadorias e Futuros patrocinou o estudo que teve como um dos seus principais méritos olhar para o longo prazo. Mais recentemente, esse mesmo organismo constatou que o impacto de um novo projeto para o Centro-Oeste que aponte na direção do Pacífico combinam perfeitamente com uma nova concepção de eixos continentais de desenvolvimento, envolvendo gasodutos, ferrovias, rodovias, novos portos e hidrovias.

Essas mudanças levam-nos a enfrentar o grande desafio das duas próximas décadas: o uso de recursos naturais, combinando a proteção ao meio ambiente com a fixação do homem em nossas fronteiras. Precisamos compatibilizar essas ações com políticas que favoreçam a exportação de nossos produtos. Com a união de nossas Bancadas, aqui no Congresso, a região poderá adotar como metas prioritárias políticas de incentivos para a criação de zonas primárias de processamento e para a facilitação de implantação de áreas alfandegárias.

A marcha para o oeste alavancará a produção brasileira de grãos, que poderá salvar para além dos 160 milhões de toneladas, em 2010. Estamos politicamente preparados para planejar, agir e legislar com o pensamento regional longe das divergências partidárias, ideológicas e próximos de medidas que nos levem à redução da pobreza e ao decantado Fome Zero.

Poderíamos citar ainda que inúmeras estatísticas demonstram a enorme importância da Região Centro-Oeste para o desenvolvimento brasileiro. Porém, basta o pouco que aqui foi relatado para que se justifique a importância da criação desse grupo que lutará com todas as suas forças para defender os legítimos interesses de parte tão rica e ainda tão pouco explorada do Brasil, visando dar-lhe a importância devida em todo o cenário político e econômico nacional.

Finalmente, deve-se considerar a importância do potencial turístico da hidrografia do Centro-Oeste, aspecto ainda pouco explorado, embora bastante



promissor. A elevada piscosidade de muitos dos seus rios e de suas lagoas, as numerosas praias e ilhas fluviais, a ocorrência de fenômenos de ressurgência e o atrativo representado pela limpidez de suas águas e de suas quedas d'água inclui-se entre os elementos que podem acentuar a sua importância na valorização regional. Há ainda a privilegiada situação de Brasília, hoje cidade monumental, patrimônio cultural da humanidade, sede dos Poderes da República e ainda muito pouco conhecida pelo próprio povo brasileiro e mal explorada como pólo de atração aos turistas estrangeiros.

É oportuno que se lembre, neste momento, de que a última grande ação política desenvolvida no Centro-Oeste e que conseguiu em parte reverter o quadro isolacionista de verdadeira ilha que dominava a região já chega à casa de 50 anos. Como lembra muito bem o documento elaborado como pauta da reunião preparatória de Parlamentares da região, a ocasião resultou na histórica origem da Frente Parlamentar do Centro-Oeste. Mas, a despeito do trabalho maravilhoso do Marechal Cândido Rondon, somente com a construção de Brasília, idealizada e inaugurada pelo grande Estadista Juscelino Kubitschek, a região ganhou nova dimensão econômica e passou a ser pólo de desenvolvimento regional.

Os efeitos da determinação e da liderança política daquele grande homem público, considerado o estadista brasileiro do século, são sentidos até hoje – conforme o nobre Presidente, Senador Mão Santa, sempre faz questão de registrar em seus pronunciamentos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o definitivo desenvolvimento econômico e social da região não pode esperar mais e torna-se imperiosa a Frente Parlamentar do Centro-Oeste. Refletindo um pouco sobre o espírito de trabalho dessa composição parlamentar de defesa regional, julgo oportuno informar a criação de quatro importantes comissões de trabalho, quais sejam: Comissão de Reforma Tributária e Previdência; Comissão de Desenvolvimento Regional, em que se inserem a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a industrialização, a agricultura, o agronegócio e o turismo; Comissão de Infra-Estrutura e Meio Ambiente; e, por último, Comissão de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta ocasião, como Senador da República representante do Distrito Federal, embora preocupado com as grandes questões nacionais, vejo-me obrigado a concentrar mais o meu trabalho no Distrito Federal, na região do entorno do Distrito Federal e na Região do Cen-

tro-Oeste, pelo dever do mandato e pelos compromissos para com o interesse público.

Essas são as razões por que acompanhei com muita alegria a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Ride, criada em 1998 e finalmente regulamentada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000.

A complexidade da área alcançada pela Ride, em que, além do Distrito Federal, se integram três municípios de Minas Gerais e 19 de Goiás – segundo o Ministério da Integração Nacional –, atinge graves questões culturais, sociais, ambientais, econômicas, estratégicas, de segurança, enfim, de cidadania.

Essa microrregião e suas diferenças precisam ser contempladas no projeto de desenvolvimento que queremos para a macro-região em que estamos inseridos, principal objetivo do trabalho da Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, não podemos deixar de pensar no futuro da Capital da República, em boa hora situada exatamente no centro da região, hoje, graças a Deus, inevitável pólo de convergência política regional e nacional.

Assim pensando, considero que a atenção devida pelo Governo à região e que os conseqüentes benefícios que daí advirão para o desenvolvimento nacional serão fundamentais para o alinhamento dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul às maiores e mais desenvolvidas Unidades da Federação, como também serão importantes para a inclusão definitiva das regiões mais pobres do Distrito Federal e do seu entorno, compreendendo alguns Municípios dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e da Bahia, dependentes dos equipamentos públicos da Capital.

Em função de tudo isso, analisei com muito cuidado o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, Proride, da Secretaria do Centro-Oeste. Anotei com detalhes as palavras do Ministro Ciro Gomes, proferidas no dia 09 de abril deste ano, por ocasião da posse do Dr. Alexandre César como Secretário do Centro-Oeste. S. Ex<sup>a</sup> citou como uma das maiores disparidades de conurbação existentes no País a questão do Distrito Federal e do seu entorno. Reiterou ainda o referido Ministro a importância do Centro-Oeste e a sua sustentabilidade, quando esteve presente em audiência pública na Comissão de Serviços e Infra-Estrutura. Disse, inclusive, que já começaram os estudos para a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Aquela constatação motivou-me a buscar contribuições e saídas concretas que pudessem ser propostas imediatamente. E o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, Programa Pantanal, iniciativa dos Governos do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, surgiu-me como bom exemplo. Objeto de empréstimo junto ao BID, no valor de US\$ 400 milhões para oito anos de execução, iniciado há dois anos e com aval da União, o Programa Pantanal – e estivemos no Estado há duas semanas, Sr. Presidente – apresenta-se como excelente exemplo de projeto a ser aplicado inicialmente à Ride, guardadas as devidas proporções e situações particularizadas.

Motivado pela oportunidade do momento, pelo engajamento dos Governos Estaduais ao trabalho da Frente e pela firmeza de propósitos e de entusiasmo dos Parlamentares que a integram, comuniquei ao Senador Jonas Pinheiro, seu Presidente, que vou propor a execução de um Programa de Desenvolvimento de Integrado Sustentável para a Região do Cerrado do Centro-Oeste/Ride, de US\$3 bilhões em dez anos. Parece muito, mas é o necessário para o crescimento e o desenvolvimento dessa enorme região.

No caso do nosso Projeto, trata-se de programa dimensionado para uma Secretaria do Centro-Oeste, que, mantendo um desempenho gerencial, adquirirá maturidade suficiente para transformar-se numa agência regional.

Para isso, apresentarei, em aproximadamente 15 dias, um documento preliminar, inicialmente para a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, no intuito de receber aperfeiçoamentos, devendo ser posteriormente encaminhado ao Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes.

Haverá dificuldades, sim! E enormes são os desafios que nos aguardam nessa caminhada, mas é sempre o momento de fazer justiça à luta e ao esforço do Presidente JK em trazer a Capital da República para o Planalto Central e incentivar a exploração do interior brasileiro.

Que Deus nos ilumine e nos ajude nessa caminhada para a qual chamamos todos os brasileiros e, principalmente, as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares para, juntos com o Poder Executivo, completarmos a obra de J.K., materializando seu sonho, que era o desenvolvimento da região central brasileira, a partir da instalação, aqui, da nova capital.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o tempo que me foi dispensado. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o povo brasileiro é criativo e empreendedor. No entanto, para que possamos concretizar nossos projetos, nossos empreendimentos, necessitamos de crédito. E V. Ex<sup>a</sup> foi Governador do Piauí e sabe muito bem da importância do microcrédito, o crédito para os pobres, porque os ricos deste País sempre tiveram acesso ao crédito, mas nem sempre honraram seus débitos.

Portanto, eu queria falar da importância do microcrédito e citar, particularmente, dois exemplos: um positivo e outro muito freqüente na história do Sistema Financeiro Nacional, que passa por uma fase de descoberta de situações irregulares, que até poderíamos classificar, talvez mais à frente, de criminosas, como, por exemplo, a evasão de divisas em Foz do Iguaçu, provocada pela liberalidade do Banco Central.

Queria citar aqui que, em abril de 2000, depois de pelo menos dois anos de pesquisas, de treinamento e de capacitação, formamos uma equipe para montar uma agência de fomento, um banco do povo para operar o microcrédito. Além de capacitar a equipe, também introduzimos princípios de ética e o compromisso com o sucesso do empreendimento, para demonstrar que é possível que o Estado, por meio de políticas, pode operar uma agência de crédito, uma agência de investimento com sucesso.

O nosso objetivo, na verdade, era provar que podemos fazer política com correção, em vez daquilo que conhecemos, segundo o conceito por que o cidadão comum define a política e os políticos, e que a política pode ser um indutor, uma luz e um caminho construtivo para a sociedade.

Ora, nesses dois anos – exatamente de abril de 2000 a abril de 2004 –, implantamos e operamos essa agência de investimento, tomando uma medida importante: colocamos um placar capaz de prestar contas diárias do número de financiamentos e de inadimplentes. Lembro-me, ainda hoje, de alguns dados de abril de 2002, há mais ou menos um ano. Em dois anos de operação, fizemos pouco mais de 7 mil empréstimos, num total de R\$12 milhões, gerando e mantendo 8 mil empregos. Foram pequenos créditos.

Imaginem um jogo em um estádio de futebol. Um cidadão desempregado, como milhares neste País, podia acessar um pequeno crédito para vender

bebidas na porta do estádio. Foi com esse tipo de crédito de liberação imediata e sem burocracia que trabalhamos durante dois anos. O resultado foi que, além dos 8 mil empregos gerados em uma população de 500 mil habitantes, o projeto teve sucesso.

O índice de inadimplência foi surpreendente: nunca maior do que 2%. Esse fato reafirma o que V. Ex<sup>a</sup> mencionou em um dos seus pronunciamentos, ou seja, que os pobres deste País são honestos e pagam suas contas.

Esta agência de fomento do Amapá, que é o Banco do Povo do Amapá, é sucedânea do Banco do Estado do Amapá. Quero fazer um breve histórico do que aconteceu com este banco.

Em setembro de 1997, o Banco do Estado do Amapá foi liquidado extrajudicialmente por determinação do Banco Central. O fato que motivou o fechamento foi uma tentativa de fraude não consumada. O Banco do Amapá emitiu certificado de custódia de títulos de propriedades de terras rurais privadas na Amazônia, por um absurdo valor de R\$6 bilhões. Ao serem traduzidos para o inglês, os certificados de custódia foram transformados em “certificados de garantia”, com a aquiescência do banco local, agravando e aumentando as suspeitas sobre a operação.

Ao tomar conhecimento dessa operação bizarra, mandei cancelá-la – eu era Governador do Amapá – e comuniquei o fato ao Banco Central, mandando instalar uma sindicância e pedindo à polícia para proceder às investigações. O Banco do Estado não havia liberado nenhum recurso, portanto, o erro podia ser reparado sem prejuízos para a instituição. Mas a resposta do Banco Central foi a liquidação extrajudicial do banco – em outubro de 1997 –, a qual foi imposta por intermédio das armas da Polícia Federal.

Publicamente a ação foi justificada por meio dos mesmos argumentos – pasme, Sr. Presidente! – que o Banco Central empregou para outorgar US\$1,6 bilhão a dois bancos privados – usaram os mesmos argumentos. Para fechar o Banco do Estado do Amapá, o Banco Central usou o mesmo argumento para liberar US\$1,6 bilhão. O Banap – Banco do Estado do Amapá – estaria colocando em risco a estabilidade da moeda e o sistema financeiro do País. Só que, no Banap, havia apenas R\$11 milhões de dívida, duas agências e 50 mil pequenos correntistas, com R\$100,00, R\$200,00 etc. Na verdade, o Banap apresentava déficit crônico, resultante de créditos que favoreciam pessoas e instituições insolventes, fundamentado no clientelismo e no apadrinhamento político, que é uma regra no País, infelizmente.

Entretanto, o que efetivamente contesto é a forma truculenta, intempestiva e desavisada como o Banco Central tratou a questão do Banco do Estado Amapá, sem levar em conta as graves consequências econômicas, financeiras e sociais que a liquidação extrajudicial acarretaria a um Estado pobre.

Embora pequeno, o Banco do Estado do Amapá exercia papel importante na economia local. A maior parte dos pagamentos e recolhimentos efetuados pelo Estado, bem como contratos e convênios, transitava pelo banco. Além disso, quase 10% da população dependia diretamente da instituição para suas operações cotidianas, fato que não pode ser ou não poderia ter sido negligenciado.

Com essas medidas extremas o Banco Central provocou uma verdadeira desordem econômica e financeira no Amapá. Os correntistas tiveram suas contas bloqueadas durante quase um ano, todos os contratos e convênios do Estado com a sociedade civil, Governo Federal e organismos internacionais ficaram bloqueados. O que se esperava numa situação dessa é que as autoridades monetárias – ou seja, o Banco Central – assegurassem um mínimo de equilíbrio e ordem econômica, principalmente em regiões desfavorecidas e que procuram alternativas para sair do subdesenvolvimento.

Mas não foi o que aconteceu. O Banco Central, na época presidido pelo Sr. Gustavo Franco, tomou uma atitude arrogante e desproporcional à situação apresentada. No caso do Banco do Estado do Amapá (Banap), bastaria uma intervenção que assegurasse aos correntistas a liberdade de movimentar seus ativos, evitando-se assim a paralisia da economia local, mesmo numa hipótese de fechamento da instituição bancária.

O tratamento dado aos Bancos Marka e FonteCidam, de triste memória, foi também desproporcional, muito embora em situação oposta ao tratamento dado a um pequeno banco estadual. Porque eram aventureiros e privados receberam um aporte de recursos equivalente ao Orçamento de três Estados da Região Norte do Brasil – imagine esses US\$1 bilhão e 600 milhões aplicados no Piauí, Sr. Presidente.

O dinheiro entregue aos dois bancos privados em um só dia seria suficiente para construir uma estrada do Oiapoque ao Chuí, mais de quatro mil quilômetros de estrada. Foi esse o montante de dinheiro que o Banco Central, por intermédio do seu Presidente Gustavo Franco – que amanhã vai depor na CPI do Banestado, que trata da evasão de divisas –, liberou para o Banco FonteCidam, ao mesmo tempo em que decretou a liquidação extrajudicial, com polícia

armada na porta, de um pequeno banco com 50 mil correntistas que tiveram seus recursos presos durante mais de um ano. E muito desse dinheiro estava previsto para custear tratamentos de saúde ou até para compra de alguns equipamentos fundamentais na vida dessas pessoas.

Observem o tratamento desigual: enquanto dois bancos conduzidos por aventureiros – um deles está foragido e nunca mais retornou ao Brasil – receberam US\$1,6 bilhão, o banco do meu Estado recebeu uma punição. E, pasmem: o Banco Central já tinha conhecimento. Estávamos investigando. A minha interrogação é que essa operação de tentativa de fraude tinha acompanhamento do Banco Central. Fechou-se um banco de Estado em uma região em que quase não existem bancos. As pessoas hoje passam horas na fila para conseguir qualquer serviço das agências bancárias, que eram pouquíssimas. O banco do Estado tinha essa função de prestar serviços à comunidade, e ficamos sem as duas agências que representavam praticamente 30% de um total de seis ou sete agências no máximo. Havia duas agências do banco do Estado e pelo menos três ou quatro de outros bancos – Banco do Brasil, Banco da Amazônia e outros dois bancos. E o Banco Central, de uma forma insensível, discriminatória, arrogante, fecha esse banco, ao mesmo tempo em que abre as portas para a evasão de divisas em Foz do Iguaçu. E o Banco Central sabia dessa evasão de divisas; sabia da grande lavanderia em que se transformou Foz do Iguaçu. Qualquer cidadão que acumulou dinheiro de forma ilegal neste País transferiu recursos para os laranjas em Foz do Iguaçu e de lá para o mundo.

Portanto, amanhã o Sr. Gustavo Franco deverá explicar por que de um lado tomou decisões tão draconianas em uma situação em que isso não seria cabível; foram decisões desrespeitosas, considerando-se as diferenças regionais deste País. Em um Estado como o Amapá, na margem esquerda do rio Amazonas, um Estado isolado, quase caribenho, quase no platô das Guianas, ele tomou a decisão de fechar o banco, com polícia na porta. Com relação aos bancos de aventureiros, ele toma a decisão de investir bilhões para salvar o sistema financeiro nacional. Um deles devia 10 milhões de reais, dinheiro esse que nós estávamos viabilizando, não havia dificuldade porque todos os depósitos do Estado eram feitos no banco. Assim, esse déficit de 10 milhões desapareceria em função dos depósitos feitos pelo Estado; não haveria problemas, não ocorreria calote em ninguém, pois o banco estava equilibrado. Da mesma forma que, mais tarde, concebemos, implantamos e

fizemos um banco de investimento de tamanho sucesso. É evidente que o sucesso do nosso banco se deve à condução política, porque hoje a instituição convive com a inadimplência porque saíram da linha correta dos pequenos investimentos para os pobres e concentraram e se concentraram novamente, guardadas as devidas proporções, em grandes investimentos. Por isso o banco de investimento do Amapá, hoje, vive situação de dificuldade e já não pode emprestar aquilo que é decisivo para o desenvolvimento. Mais de 50% da economia brasileira vive na informalidade. O nosso banco tinha exatamente a finalidade de emprestar para os empreendedores que estavam na informalidade, a fim de fazer com que eles entrassem na formalidade, registrassem as suas empresas e daí para frente tocassem os seus negócios no marco da legalidade. Portanto, fica aqui essa tentativa de rememorar um pouco a história do sistema financeiro nacional, que além de injetar bilhões e bilhões para salvar bancos falidos, puniu, em uma tentativa de mostrar que estava moralizando, um banco pequeno, de uma região profundamente necessitada, ao mesmo tempo em que desviava a atenção da fuga de divisas de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última semana, juntamente com o Senador Ney Suassuna, a convite do Governo do Estado de Israel e do Embaixador de Israel no Brasil, nós fizemos uma visita de três dias altamente frutífera àquele país. O propósito dessa visita foi participarmos de um colóquio, de um simpósio oferecido especialmente a parlamentares da América do Sul e da América Latina para conhecerem de perto o processo de paz no Oriente Médio.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que tendo informado ao Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dessa viagem, Sua Excelência me fez portador de uma mensagem tanto ao Primeiro Ministro do Estado de Israel, Ariel Sharon, como ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat em termos semelhantes. Eu quero aqui ler tanto a carta para o Primeiro Ministro, Ariel Sharon, como também a destinada ao Presidente Yasser Arafat.

Em função de o Primeiro Ministro Ariel Sharon estar viajando nos primeiros três dias – S. Ex<sup>a</sup> estava no Reino Unido e depois na Noruega, eu entreguei a

carta àquele que nos recebeu e nos transmitiu que, como Vice-Ministro das Relações Exteriores, o Diretor-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Yoav Biran, eu poderia entregar este ofício, pois ele seria encaminhado diretamente ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon. Diz a carta:

Senhor Primeiro-Ministro,

Apresento-lhe meus mais cordiais cumprimentos e votos de boa saúde e felicidade. Por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy, que participa de Seminário para Parlamentares da América Latina organizado pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel, desejo transmitir-lhe sincera mensagem de amizade do povo brasileiro.

O Brasil acompanha com atenção e esperança os esforços de paz que vêm sendo empreendidos pelo Governo de Vossa Excelência e pela Autoridade Nacional Palestina com vistas à obtenção de uma paz justa e duradoura na região. Exortamos israelenses e palestinos a perseverarem na busca do fim do conflito e na criação de condições para que o Estado de Israel e um Estado palestino independente convivam lado a lado em harmonia e segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

O Governo brasileiro acredita que o exemplo de convivência pacífica, em nosso País, entre brasileiros de origem judaica e árabe indica o caminho para o estabelecimento de uma era de tolerância e entendimento no Oriente Médio que beneficie todos os povos da região e propicie a intensificação de suas relações com todos os povos amigos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os sentimentos da mais alta consideração.

Assina o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os termos da carta para Sua Excelência, o Senhor Yasser Arafat, Presidente da Autoridade Nacional Palestina são os seguintes:

Senhor Presidente,

Apresento-lhe meus mais cordiais cumprimentos e votos de boa saúde e felicidade. Por intermédio do Presidente da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy, que participa de Seminário para Parlamentares da América Latina organizado pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel, desejo transmitir-lhe sincera e calorosa mensagem de amizade do povo brasileiro.

O Brasil acompanha com atenção e esperança os esforços de paz que vêm sendo empreendidos pela Autoridade Nacional Palestina e pelo Governo de Israel com vistas à obtenção de uma paz justa e duradoura na região. Exortamos palestinos e israelenses a perseverarem na busca do fim do conflito e na criação de condições para que se estabeleça um Estado Palestino independente que conviva lado a lado com o Estado de Israel, em harmonia e segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

O Governo brasileiro acredita que o exemplo de convivência pacífica, em nosso País, entre os brasileiros de origem árabe e judaica indica o caminho para o estabelecimento de uma era de tolerância e entendimento no Oriente Médio que beneficie todos os povos da região e propicie a intensificação de suas relações com todos os povos amigos.

Aproveito a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os sentimentos de mais alta consideração.

Assina o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agradeço aqui a atenção e a hospitalidade do Embaixador brasileiro Sérgio Moreira Lima. Desde o momento em que eu e o Senador Ney Suassuna, chegamos a Israel, S. Ex<sup>a</sup> nos deu toda a atenção.

Logo ao chegar, na segunda-feira, dirigi-me a Ramallah. Depois de atravessar a fronteira entre Israel e a parte administrada pela Autoridade Nacional Palestina, tivemos a oportunidade de verificar que nas barreiras, quando identificada a delegação brasileira – eu, o motorista e o Embaixador Sérgio Moreira Lima –, de pronto, os policiais e as demais pessoas com quem falávamos eram muito atenciosos e simpáticos.

Seguimos em direção ao escritório do Primeiro-Ministro Abu Mazen, que se encontrava em reunião de trabalho. Não fora estabelecido previamente um horário para essa visita, mas queríamos cumprimentar S. Ex<sup>a</sup>. De pronto – estávamos adiantados –, veio encontrar-nos o Embaixador Sobo, que por oito anos serviu no Brasil, dizendo que o Presidente Yas-

ser Arafat estava nos esperando para a audiência. Seguimos, então, à sede do Governo da Autoridade Nacional Palestina e pudemos observar que ela é cercada por um muro e que foram destruídos muitos edifícios que a constituíam. Como é sabido, houve ali, há algum tempo, um bombardeio muito forte. Então, pudemos notar também que, pela precisão dos mísseis e obuses que atacaram a sede do Governo, seria perfeitamente possível às autoridades militares israelenses, se tivessem desejado, destruírem também o edifício onde se encontrava, e ainda se encontra, Yasser Arafat. Fomos recebidos por Arafat e conversamos cerca de 50 minutos.

Há cerca de três anos, juntamente com a então Deputada Marta Suplicy, eu tinha visitado Yasser Arafat, assim como Shimon Peres e também a viúva de Yitzhak Rabin.

Notei que Yasser Arafat se encontra relativamente bem de saúde. Ele nos recebeu com bom humor e muita disposição. Agradeceu ao Presidente Lula a atenção de ter-lhe enviado a carta que citei. Quando lhe perguntei como vê os esforços de paz e se acredita que há possibilidade de esse esforço mais recente ser bem-sucedido, ele disse que dependerá muito do controle, da vigilância e do acompanhamento por parte do denominado quarteto, composto pelo Governo dos Estados Unidos, pela União Européia, pelo Governo da Rússia e pelas Nações Unidas. Disse que é preciso acompanhar o processo passo a passo.

Registro que, desde que foi iniciado esse esforço para se chegar a um novo caminho denominado **the road map** – o mapa do caminho –, faz 20 dias que não há qualquer ato bélico ou de suicídio por parte das mulheres ou dos homens-bombas palestinos. Não tem havido problemas muito graves em qualquer dos lados. Há indicações de que esse processo para buscar a paz poderá ser bem-sucedido.

Ainda ontem, houve um encontro entre o Primeiro-Ministro Ariel Sharon e o Primeiro-Ministro Abu Mazen, respectivamente de Israel e da Autoridade Nacional Palestina. E ambos irão encontrar-se, nos próximos dias, com o Presidente George Bush, em Washington, quando tentarão avançar na negociação de paz. O Primeiro-Ministro da Autoridade Nacional Palestina, Abu Mazen, tem insistido na importância de se aumentar a libertação de presos palestinos para que ele possa ter maior autoridade perante o seu povo.

Nos inúmeros diálogos que tivemos com o Embaixador Yoav Biran, Diretor-Geral do Ministério de Relações Exteriores, como também com outras

autoridades e o Presidente do Parlamento de Israel, que nos recebeu juntamente com diversos outros Parlamentares, o Presidente da Knesset, Reuven Rivlin, e outros ressaltaram que, da parte do Governo de Israel, há maior confiança no Primeiro-Ministro Abu Mazen em relação ao que ocorreu historicamente com o Presidente Yasser Arafat.

Eu também gostaria de destacar que, desde o meu primeiro contato com o Embaixador de Israel no Brasil, disse a S. Ex<sup>a</sup> que seria importante demonstrarmos – assim como fiz da outra vez que visitei Israel – a manifestação do Governo, do Congresso Nacional e do povo brasileiro para os dois lados, tanto de Israel quanto da Autoridade Palestina. Por isso, levei ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon e ao Presidente Yasser Arafat a carta do Presidente Lula.

Conhecemos diversos lugares importantes da Terra Santa. Quando cheguei, já havia se iniciado a visita. O Senador Ney Suassuna, que amanhã transmitirá suas impressões da viagem, pôde visitar Jerusalém e diversos lugares da antiga Jerusalém. Eu já conhecia a região da outra visita que fiz.

Ouvimos as impressões tanto de autoridades, de ministros, como também de especialistas em segurança e em questões de terror. No diálogo com cerca de trinta parlamentares, um colombiano perguntou a esse especialista em terrorismo: “Afinal de contas, se os senhores consideram o Presidente Yasser Arafat uma pessoa perigosa e não confiável, por que não o mataram quando atacaram a sede do Governo, como ocorreu na Colômbia, com um tiro fixo?” A muitos de nós, como eu próprio, o Senador Ney Suassuna e outros que estavam ao nosso lado, a pergunta soou estranha, mas provocou uma reação interessante. Aquele que tanto criticara o Presidente Yasser Arafat, de pronto, explicou-nos que matá-lo seria algo muito arriscado para Israel, uma vez que o Presidente Yasser Arafat foi eleito diretamente, é uma autoridade reconhecida pelo povo palestino e um símbolo de grande importância, assim como, obviamente, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon é para os israelenses, cuja história se confunde com a História de Israel desde 1948. Ele disse que, se as forças armadas de Israel tivessem atingido e matado o Presidente Yasser Arafat, poderiam ter desencadeado uma reação de tal ordem, que, eventualmente, poderiam até mesmo perder aliados, inclusive os Estados Unidos. Por isso eles não se arriscariam a fazer isso.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPlicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Hélio Costa, vou completar a exposição de

alguns dos fatos principais e, com a maior honra, quero conceder o aparte que V. Ex<sup>a</sup> está solicitando.

O Presidente Yasser Arafat nos perguntou muito a respeito de como vai o Governo do Presidente Lula, e eu disse dos sucessos na área do combate à inflação, da maior credibilidade adquirida pelo Governo, dos esforços para a erradicação da fome e da miséria, do Programa Fome Zero, do debate que está havendo para aperfeiçoar os programas de transferência de renda e da grande preocupação para iniciarmos uma nova fase de crescimento acelerado, sobretudo em função de o desemprego estar sendo uma preocupação bastante grande no País, de como o Governo quer enfrentar esse grande desafio.

Também conversamos a respeito do Iraque e tive a oportunidade de transmitir a S. Ex<sup>a</sup> a proposição feita pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de pronto apoiando essa proposição a Sérgio Vieira de Mello, para que lá, no Iraque, eles possam seguir algo semelhante ao constituído pelo Fundo Permanente do Alasca, que propõe um dividendo pago a todos os habitantes daquele lugar. Isso, inclusive, está sendo objeto da consideração pelo administrador-chefe, Embaixador dos Estados Unidos no Iraque, Paul Bremer, conforme anúncio realizado em 23 de junho na Jordânia.

Visitamos o Parque Industrial Tefen, idealizado por Stephen Wertheimer, um industrial que reuniu cerca de setenta a oitenta indústrias da mais alta tecnologia, num pólo industrial notável onde trabalham 50% de palestinos e 50% de judeus, mostrando que podem perfeitamente conviver em harmonia.

Visitamos a indústria militar israelense, uma fábrica de mísseis e de ogivas, e constatamos o avanço tecnológico de Israel nessas áreas. Na área da Medicina, conhecemos uma cápsula pequena em que há uma câmera de vídeo com quatro **flashes**, que a pessoa pode engolir. Uma vez no aparelho digestivo, essa máquina fotografa em videocâmara o estômago. Esse é um exemplo do avanço tecnológico alcançado por Israel em muitas outras áreas da Medicina e, obviamente, na área tecnológica da agricultura.

O nosso semi-árido Nordeste que tem algo a aprender e a interagir com Israel, como tem ocorrido nas últimas duas décadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Eduardo Suplicy, lamentamos informar que o tempo previsto para o seu pronunciamento está esgotado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas receber o aparte do Senador Hélio Costa.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, quero apenas cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo êxito da sua viagem ao Oriente Médio como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que V. Ex<sup>a</sup> representa muito bem, transmitindo os anseios, as expectativas dos brasileiros com relação a esse conflito sem fim no Oriente. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> encontrou um cenário bem diferente daquele que encontramos na mesma região há cerca de ano e meio, quando lá fui em missão oficial, juntamente com o seu colega de Partido, Deputado Milton Temer, do PT do Rio de Janeiro, e com o seu Colega de Estado, Deputado Antonio Carlos Pannuzio. Na mesma região que V. Ex<sup>a</sup> foi, não conseguimos sequer passar pelos chamados **check points**, pelas barreiras que separam a cidade de Jerusalém da cidade de Hamallah. Tivemos que entrar em Hamallah furtivamente, utilizando recursos de pessoas ligadas ao movimento palestino para podermos chegar do outro lado e observar a tragédia que havia sido o bombardeio na cidade de Ramallah. Não falamos com Yasser Arafat, pois fomos recebidos por cinco tanques do Exército israelense, defronte do quartel-general do Líder Yasser Arafat. E nos disseram, naquele momento, com o testemunho dos Deputado Milton Temer e Antônio Carlos Pannunzio, rigorosamente o seguinte: afastem-se porque estamos autorizados a disparar os canhões, mesmo sabendo que se tratava de uma delegação de Parlamentares brasileiros. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> encontrou um cenário diferente. Espero que a intransigência do passado, que permite e permitiu que um líder guerrilheiro israelense, como Menahem Begin, chegasse a ser Primeiro-Ministro de seu país, não permitiu que um líder guerrilheiro, herói dos palestinos, que é Yasser Arafat, pudesse ser Primeiro-Ministro de seu país. Teve de ser substituído, a comando das Forças Aliadas (Estados Unidos e Israel), a fim de que tivesse início o processo de paz. E por que, conforme disse V. Ex<sup>a</sup>, pouparam Yasser Arafat? Poderiam ter bombardeado, sim, o quartel-general – estive lá e vi com que facilidade aqueles cinco tanques poderiam atingir aquela casa simples no centro de Ramallah –, e Yasser Arafat não estaria mais entre nós. Foi poupado como o grande líder do povo palestino, que precisa ser respeitado. Este é o momento de transição, em que Abu Mazen assume o papel de Primeiro-Ministro. E, inevitavelmente, lá na frente, o grande líder palestino é Yasser Arafat. Muito obrigado pelos apartes, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É muito interessante o que V. Ex<sup>a</sup> nos traz como informação. Eu gostaria de lhe dizer que, na verdade, pu-

demos, sim, atravessar o **check point**, quando estávamos próximos, já a uns 500 metros do escritório de Arafat, e vimos ali apenas um tanque israelense.

No diálogo com o Presidente Yasser Arafat, ele nos disse que uma das coisas que o incomodavam, por exemplo, era que tinham feito um toque de recolher, e que isso prejudicava muito a vida em Ramallah, porque havia ocorrido, dois dias antes, o desaparecimento, creio, de um motorista israelense. Estavam procurando a pessoa e, por isso, haviam instituído um novo toque de recolher, não se sabia por quantos dias, e isso prejudicava a normalidade da vida em Ramallah, inclusive das escolas, e assim por diante. Quando terminou o nosso diálogo, que durou das seis horas e dez minutos as cinco para as sete, iríamos passar novamente no escritório de Abu Mazen, o Embaixador Sobo nos acompanhou, e perguntei-lhe: – Será que podemos agora cumprimentar o Primeiro Ministro Abu Mazen? Ele nos disse que não seria possível, porque naquele momento iriam se reunir os membros da Coordenação da Autoridade Palestina, o que significou que o Presidente Yasser Arafat estava se encontrando com o Primeiro Ministro Abu Mazen. No dia seguinte, li no noticiário, que, depois de algum tempo, ambos se reuniram para coordenar os esforços e acertarem os pontos de vista. E li na imprensa hoje que o Primeiro Ministro Abu Mazen, já tendo um maior entendimento com o Presidente Yasser Arafat, encontrou-se no dia de ontem com o Primeiro Ministro Ariel Sharon. É importante que tenhamos tido a oportunidade de testemunhar os esforços de paz avançarem. Como dizem os ofícios de Lula a ambas autoridades, é o desejo do povo brasileiro, pois aqui há tanto descendentes de árabes quanto de judeus, numa demonstração clara de que esses povos podem viver com respeito mútuo, em harmonia, em cooperação e trabalhando todos juntos.

Quero completar, Presidente Mão Santa, informando que tive a oportunidade de visitar não apenas Jerusalém como também o lugar onde Jesus fez o sermão da montanha, o lugar onde foi batizado, no rio Jordão, por João Batista e também o mar da Galiléia, onde realizou alguns de seus principais milagres. Aproveitei para ali fazer orações para a paz e por todos nós, inclusive para que possamos ter um melhor entendimento para nós do PT, porque, se podemos colaborar para o entendimento entre palestinos e árabes, tenho a convicção de que podemos chegar a um melhor entendimento entre todos nós do PT para o bem do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o editorial intitulado “Para frente”, publicado no jornal **O Globo**, de 14 de julho do corrente, e que trata de assunto intenso e justamente festejado no plenário dessa casa, na semana passada.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, faz um diagnóstico social do Brasil a partir dos dados conhecidos como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, da ONU. Não foi por acaso. O Brasil, segundo esses dados, deu um formidável salto de qualidade.

O texto, que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**O GLOBO**

Editorial: opinião 14-7-03

**“PARA FRENTE”**

Devido ao grau de problemas que o País precisa enfrentar, muitas vezes deixamos de dar valor às transformações positivas. Quando comparado globalmente, o Brasil visto de fora deu um salto considerável nos últimos 25 anos, a ponto de ter sido o país que mais galgou posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Pnud, órgão das Nações Unidas. Mesmo com todas as crises, o Brasil subiu posições na escala do IDH de 2001, em relação a 2000.

E a razão para isso foi uma melhora em vários indicadores sociais, especialmente os que se referem à saúde e à educação. Embora o crescimento da renda média dos brasileiros tenha sido insatisfatória nos últimos anos, não fora o significativo estrutural pela qual passou a economia dificilmente teriam sido alcançados esses avanços sociais recentes, dado que a falência do setor público impedia qualquer esforço de investimento.



O IDH mostra que, independentemente no nível de renda, é possível obter considerável melhora na qualidade de vida da população se o acesso à educação, à saúde e a outros serviços públicos básicos forem universais. E nesse sentido o Brasil tem andado para a frente, já que o crescimento econômico modesto acabou sendo compensado por uma reforma que reorientou a ação do Estado para os programas sociais de grande envergadura.

O crescimento não é só desejável como necessário para que se possa avançar mais rapidamente na redução das desigualdades regionais e de renda. As condições para isso vêm sendo criadas ao longo dos últimos anos.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>

e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar o artigo intitulado “No colo do Diabo”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 14 de julho do corrente ano.

O artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, destaca a incoerência como marca da gestão petista no Palácio do Planalto.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

FERNANDO DE BARROS E SILVA

## No colo do Diabo

SÃO PAULO - Luiz Inácio Lula da Silva foi dormir nas nuvens, debatendo o futuro do país com Deus, e acordou no inferno, obrigado a negociar sua reforma na arena da política real, onde quem costuma reinar é o Diabo. O governo petista teve, enfim, de se render ao espetáculo da democracia.

É uma pena que o tenha feito quase a contragosto, só depois que Maurício Corrêa lhe pôs a faca no pescoço, ameaçando degolar a grande obra no altar da Justiça. Até então, era o PT quem ameaçava cortar em praça pública cabeças de helenas e barnabés que lhe atrapalhavam a marcha.

..Vítimas de sua própria onipotência, Lula e o governo rifaram suas bases tradicionais e menosprezaram os Poderes da República em nome de uma reforma fiscalista, concebida como rito sumário para agradar ao mercado. A crise anunciada dos últimos dias, de desfecho ainda incerto, deixa o governo fragilizado e a bancada petista que lhe é fiel em situação complicada. Eram todos neobobos?

Confrontada com um passado ainda próximo, a gestão petista é a in-

coerência em processo. Lula veste o boné do MST com uma mão e, com a outra, presenteia banqueiros com juros e lucros de mãe. A urgência obsessiva de sua agenda de reformas disfarça a ausência de um projeto efetivamente reformista, que este governo nunca teve e não tem.

No poder, a esquerda segue atônita. A imagem que ocorre para defini-la é a do barão de Münchhausen, que procurava sair desesperadamente do pântano em que estava atolado puxando os próprios cabelos.

★

A defesa infame das execuções em Cuba feita pelo embaixador Tilden Santiago, depois reparada de forma protocolar, soa ainda como perversão retórica quando o governo do qual é funcionário trata, também ele, de liquidar seus compromissos históricos com a esquerda — a democracia, bem entendido. Ao longo da história, a esquerda tem uma vertente progressista e outra que alinha com o obscurantismo. É a esta última que o embaixador brasileiro se curvou.

FOLHA DE SÃO PAULO  
EDITORIAIS  
14.07.03

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

**ORDEM DO DIA**  
**Às 15:30 horas**

– 1 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 11, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 583, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003 (nº 1.644/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Santiago, em 3 de abril de 2001, tendo

Parecer favorável, sob nº 810, 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora **ad hoc**: Senadora Patrícia Saboya Gomes.

– 2 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 378, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 584, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Técnica, celebrado na cidade do Cabo, em 1º de março de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 814, 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora **ad hoc**: Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 18 minutos.*)

(OS: 15233/03)

**ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,**  
**EM 16 DE JULHO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 104, de 17 de julho de 2003)

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 18370, 2ª coluna, referente ao Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

**Onde se lê:**

**“OFÍCIO**

**DO MINISTRO DE ESTADO**  
**DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA**  
**E COMÉRCIO EXTERIOR**

Nº 139/2003, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente  
O Requerimento vai ao arquivo.”

**Leia-se:**

**“OFÍCIO**

**DO MINISTRO DE ESTADO**  
**DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA**  
**E COMÉRCIO EXTERIOR**

Nº 139/2003, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

As informações foram *encaminhadas*, em cópia, ao Requerente  
O Requerimento vai ao arquivo.”

.....

2) À página nº 18388, 2ª coluna, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2003, de autoria do Senador César Borges,

**Onde se lê:**

**“PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2003”**

**Altera a Lei nº 9.504, de 1997, para permitir a propaganda eleitoral logo após a escolha da candidatura em convenção partidária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 36 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente será permitida após a escolha da candidatura em convenção *partidária*

.....(NR)

**Leia-se:**

**“PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2003”**

**Altera a Lei nº 9.504, de 1997, para permitir a propaganda eleitoral logo após a escolha da candidatura em convenção partidária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 36 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente será permitida após a escolha da candidatura em convenção **partidária.**

.....(NR)”

- 3) À página 18397, faltou o despacho referente ao Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2003, que acrescenta ao §§ 1º e 2º ao art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, de autoria do Senador César Borges,

*“ (Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa) ”.*

- 4) À página 18423, 2ª coluna referente ao Parecer nº 781, de 2003, da Comissão Diretora,

**Onde se lê:**

**“PARECER Nº 781, DE 2003**

**(Da Comissão Diretora)**

**Redação do vencido, para o turno Suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2002 (nº 659, de 1999, na Casa de Origem).”**

**Leia-se:**

**“PARECER Nº 781, DE 2003**

**(Da Comissão Diretora)**

**Redação do vencido, para o turno Suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659, de 1999, na Casa de Origem).”**

- 
- 5) À página 18467, 1ª coluna, referente a Petição nº 3, de 2003,

**Onde se lê:**

**“PETIÇÃO Nº 3, DE 2003**

**Autor:** José Goulart Quirino

**Ementa:** Apresenta, ao conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com processamento via Presidência do Senado Federal, denúncia contra o Senador Ramez Tebet, pela prática dos atos que especifica.

**Despacho**

Acolho o Parecer nº 64/2003-ADVOSF, de 9-3-2003 (fls. 706/70).

Senado Federal, 5 de julho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.”

**Leia-se:**

**“PETIÇÃO Nº 3, DE 2003**

**Autor:** José Goulart Quirino

**Ementa:** Apresenta, ao conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com processamento via Presidência do Senado Federal, denúncia contra o Senador Ramez Tebet, pela prática dos atos que especifica.

**Despacho**

Acolho o Parecer nº 64/2003-ADVOSF, de 9-3-2003 (fls. 706/710).

Senado Federal, 5 de julho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52<sup>a</sup> LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

### 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



## **1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO**

**TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR  
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**  
**TEMPORÁRIA**  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1.
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**  
**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1.
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.
<b>PPS</b>	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1.
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Vago	1.
Vago	2.
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
<b>PFL</b>	
Renildo Santana	1.
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1.
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo <sup>1</sup>	GO	3148
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-5</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br



# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> (aguardando definição)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(2)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
<b>PPS <sup>(1)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Nota:**

<sup>(1)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(2)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> ( <i>aguardando definição</i> )
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

## Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

### SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### MINORIA (PFL/PSDB)

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

#### PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

#### PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
--------------------	--------------------

#### PPS(\*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
-----------------------	-----------------------------

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### PT

Carlito Merss-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

#### PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC

#### PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ

#### PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ

#### PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO
----------------------------	------------------------

#### PTB

Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR
----------------------	----------------------------

#### PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
--------------------	--------------------

#### PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
-------------------	------------------------

#### PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
------------------	-----------------------

#### PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO
--------------------	---------

#### PC do B

Vanessa Grazziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE
-----------------------	-------------------------

(\*) Resolução nº 2, de 2000-CN



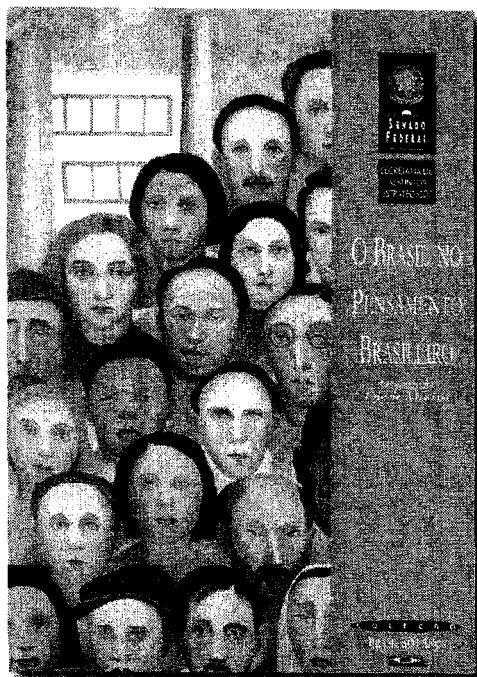
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS**